

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

ANA ELIZA JESUS DE CERQUEIRA BARREIRO

**ENUNCIADOS MUDIÁTICOS NA ERA DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET:
ENTRE SENTIDOS COLOCADOS EM CIRCULAÇÃO PELOS MEMES *FAKE NEWS*
SOBRE O SUJEITO MARIELLE FRANCO (PSOL- RJ)**

UBERLÂNDIA

2018

ANA ELIZA JESUS DE CERQUEIRA BARREIRO

**ENUNCIADOS MIDIÁTICOS NA ERA DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET:
ENTRE SENTIDOS COLOCADOS EM CIRCULAÇÃO PELOS MEMES *FAKE NEWS*
SOBRE O SUJEITO MARIELLE FRANCO (PSOL- RJ)**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientação: Vinícius Durval Dorne

UBERLÂNDIA

2018

ANA ELIZA JESUS DE CERQUEIRA BARREIRO

**ENUNCIADOS MIDIÁTICOS NA ERA DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET:
ENTRE SENTIDOS COLOCADOS EM CIRCULAÇÃO PELOS MEMES *FAKE NEWS*
SOBRE O SUJEITO MARIELLE FRANCO (PSOL- RJ)**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vinícius Durval Dorne- UFU
Orientador

Prof.^a Dr.^a Ivanise Hilbig de Andrade- UFU
Examinador

Prof. Dr. Israel de Sá- UFU
Examinador

Uberlândia, 13 de Dezembro de 2018.

Em homenagem a todas as mulheres negras que ousam alçar espaços de poder, ousam batalhar pelo direito a liberdade e a sorrir, sempre, no correr da luta. Agradeço a todas que se descobrem empoderadas e lutam incansavelmente pelo direito de todas nós sonharmos, e realizarmos nossos sonhos.

Eu sou por que somos! Marielle Vive, sua força nos lembra que somos filhas de guerreiras e, por isso, não desistiremos. Se ferirem nossa essência, seremos resistência.

Em memória a honra de Marielle Franco.

AGRADECIMENTOS

Há alguns anos atrás cheguei a Uberlândia com apenas sonhos na bagagem. A minha frente um novo caminho a ser percorrido e, com ele, grandes aprendizados. Lembro-me dos medos, expectativas, esperanças que eu tinha sobre aquele mundo que se descortinava. Durante esse tempo conheci pessoas incríveis, amizades leais com quem vivi momentos felizes, aprendi e desaprendi, e pude me encontrar com quem sou. Também me frustrei, chorei, levantei a poeira e dei a volta por cima (e qual a graça da vida se não aprendermos a ser fortes na superação?). Agora, chego ao final desta trilha mais madura, empoderada e orgulhosa da mulher que lutei para ser.

Dedico todas as oportunidades pelas quais batalhei para Deus, Senhor dos meus caminhos, que sempre esteve iluminando minha vida. Sem Ele eu não seria nada, por isso glorifico as bênçãos que me foram dadas. Creio que palavras são pequenas para demonstrar o tamanho da gratidão que sinto pela minha família. Agradeço infinitamente à minha mãe, Marivalda Jesus A. Barreiro, mulher negra de luta, que me deu exemplos de força e beleza desde criança, foi minha amiga mais confidente, me acolheu nos piores momentos e vibrou sinceramente a cada conquista minha, e ao meu pai Celso Barreiro, que acreditou no meu melhor quando por vezes eu mesma desacreditava, me incentivou a ser dedicada, justa, ética, acima de qualquer coisa, e me ensinou a ter caráter acima de todas as circunstâncias. À minha irmã, Maria Alice, agradeço pela companhia nas risadas, lágrimas e pela sinceridade rasgada que sempre me faz crescer como pessoa. Obrigada especial à minha querida Avó Farides, com quem aprendi que a humildade é grandeza, que a força é feita de ternura e que não se pode desistir do correr da luta. Ademais, sou grata a todos aqueles em minha família, que, mesmo longe, oraram e acreditaram em mim. A todas as amigas (os) verdadeiras (os) que estiveram ao meu lado, e com quem vivi tantos momentos, agradeço de coração o companheirismo. Ao meu namorado, Allyson Mendes, agradeço afetuosamente todo o carinho, amor e a paciência nos dias em que a ansiedade e estresse com o TCC apertavam.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e estímulo de Vinícius Dorne, meu orientador, por isto lhe dedico agradecimento sincero. Ademais, sou grata a todos meus professores de jornalismo, pelos anos de aprendizagem que foram essenciais na minha formação. Por fim, não há como deixar de ser grata as políticas públicas de educação superior gratuita e de qualidade realizadas pelos governos Lula e Dilma, que me possibilitaram ter

acesso à universidade e honrar minha avó que não teve chances de estudar e que sempre sonhou com meu diploma.

BARREIRO, Ana Eliza J. de C. **Enunciados Midiáticos na Era das Redes Sociais da Internet:** entre sentidos colocados em circulação pelos memes *Fake News* sobre o sujeito Marielle Franco (PSOL- RJ). 2018. 92 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa procura compreender as relações de sentidos entre enunciados que circulam pelas redes sociais da internet. Especificamente, tratamos do caso de repercussão de *Fake News*, do gênero Memes, no Facebook rebaixando o sujeito Marielle Franco (PSOL- RJ). Esta figura política havia sofrido um atentado brutal que culminou em seu assassinato e após este crime, os rumores deslegitimando suas causas e vivências se perpetuaram no ciberespaço, criando construções de verdades abastecidas de discursos de ódio. Por meio da Análise do Discurso, de orientação Foucaultiana, investigamos as condições histórico-sociais que tornaram possíveis o surgimento destes enunciados *Fake News* sobre Franco, e os sentidos que foram compartilhados. Para isto analisamos cinco Memes ofensivos do Facebook, com o objetivo de compreender como, discursivamente, foi construído o sujeito Marielle Franco, em seus diferentes âmbitos (política, mulher, mãe, etc.), e também de entender o funcionamento discursivo de enunciados midiáticos considerados *Fake News*, além de observar como discursos colocados em circulação em Redes Sociais Digitais constroem verdades e lugares (im) possíveis para os sujeitos. Após as análises, concluímos que os Memes ofensivos contra a honra da vereadora se inserem em dado contexto histórico-social de radicalização dos discursos conservadores, e que possuem sentidos discursivos de ódio por minorias e pela luta por direitos humanos de grupos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; Construções de Verdades; Discurso de ódio; *Fake News*; Memes do Facebook.

BARREIRO, Ana Eliza J. de C. 2018. **Media Utterances in the Era of Social Networks from the Internet**: between senses circulated by memes *Fake News* about subject Marielle Franco (PSOL-RJ). 2018. 92 p. Monograph (Course: Journalism). Federal University of Uberlândia. Uberlândia, 2018.

ABSTRACT

This research seeks to understand the relationship of meanings between utterances that circulate through the social networks of the Internet. Specifically, we will deal with the case of repercussion of *Fake News*, of the genre Memes, on Facebook by lowering the subject Marielle Franco (PSOL-RJ). This political figure had suffered a brutal attack that culminated in his murder and after this crime, rumors delegitimizing their causes and experiences were perpetuated in cyberspace, creating constructs of truths fueled by hate speech. Through Foucault's Discourse Analysis, we investigated the historical-social conditions that made possible the emergence of these *Fake News* statements about Franco, and the meanings that were shared. For this we analyze five Offensive Memes on Facebook, with the aim of understanding how the subject Marielle Franco was constructed discursively in its different spheres (politics, woman, mother, etc.) and also to understand the discursive functioning of media statements considered *Fake News*, besides observing how speeches circulated in Digital Social Networks construct truths and places (im) possible for the subjects. After the analysis, we conclude that Memes offensive against the honor of the councilwoman are inserted in a historical-social context of radicalization of conservative discourses, and that have discursive senses of hatred for minorities and for the struggle for human rights of groups marginalized.

Keywords: Discourse Analysis; Constructions of Truths; Hate Speech; *Fake News*; Memes on Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Denúncia no Twitter	58
Figura 2- Denúncia no Facebook.....	58
Figura 3- Comentário de Desembargadora.....	60
Figura 4- Objeto I "Quem era Marielle"	62
Figura 5- Objeto II "Lógica da Esquerda"	62
Figura 6- Objeto III "Executada pelos próprios companheiros".....	63
Figura 7- Objeto IV "Um dia a vítima será você"	63
Figura 8- Objeto V "Heroína da Paz?"	64
Figura 9- Fotografia aleatória alegando se tratarem de Marcinho VP e Marielle	72

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	JOGOS DE SABER/PODER	16
2.1.	Sujeito: Mulher Negra	26
3.	CONSTRUÇÕES DE VERDADES: DISCURSOS DE ÓDIO E <i>FAKE NEWS</i>	34
3.1.	<i>Fake News</i> no contexto de Pós-Verdade em Redes Digitais	35
3.2.	Propagação Informativa na Internet: Jogos de Poder/ Saber em Redes	38
3.3.	Discursos de ódio no Ciberespaço.....	42
4.	SOCIEDADE EM REDES: INTERAÇÕES NO CIBERESPAÇO	46
4.1.	Visibilidades na Rede Social Digital Facebook	49
4.2.	Difusão de Memes em Redes digitais.....	53
5.	EFEITOS DE “VERDADES” E PROLIFERAÇÃO DE MEMES OFENSIVOS SOBRE MARIELLE FRANCO	57
5.1.	O Sujeito Marielle nas construções <i>Fake News</i>	66
5.1.1.	“Bandida”	66
5.1.2.	“Mulher de Traficante”, “grávida aos 16 anos”	70
5.1.3.	“Empoderada Gay”	75
5.2.	Cenário: A Internet como Palco de Disputas Políticas.....	76
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	83

1. INTRODUÇÃO

Em 14 de Março de 2018, uma notícia trágica repercutiu pelo Brasil e no mundo: Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e o motorista Anderson Gomes foram assassinados a tiros no Bairro Estácio, centro do Rio- RJ. Marielle voltava de uma roda-de-conversa entre mulheres negras, evento este intitulado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, acompanhada de sua assessora de imprensa (que não teve ferimentos graves) e do motorista. A investigação policial ainda está em percurso e a principal hipótese é que se tratou de uma execução política (MARREIRO, 2017). Por entre as multidões que se reuniram em comoções pelo país, havia uma pergunta sem resposta: Afinal, qual foi o recado que os assassinos tentaram passar com o homicídio desta figura pública?

A vereadora defendia abertamente pautas de direitos humanos e políticas públicas voltadas às minorias e comunidades periféricas, e era contrária ao regime de Intervenção Militar que há pouco se instaurava na cidade. Dias anteriores a sua morte, Marielle havia postado em seus perfis virtuais denúncias contra a violência policial na favela, questionando as vítimas de um sistema de segurança falho, na opinião dela (MARREIRO, 2017). O posicionamento da vereadora e sua morte culminaram no protesto em redes digitais: #QuemMatouMarielle?

Após esse acontecimento e sua comoção internacional, outro movimento começou a se propagar rapidamente por redes sociais virtuais, especialmente em certas páginas e grupos do Facebook, com *Fake News* e discursos de ódio. Notícias caluniando a vereadora se espalharam, com enunciados afirmando que Marielle havia sido eleita pela organização criminosa Comando Vermelho, engravidado aos 16 anos e que havia sido casada com o traficante Marcinho VP, com difusão de supostos áudios entre membros da organização criminosa explicando o assassinato e suspeita fotografia de Marielle e Marcinho. A propagação de boatos criminalizando a vítima tomou grandes proporções, sendo divulgados por figuras públicas, como o deputado Alberto Fraga (DEM- DF) e a desembargadora do TJRJ Marília Castro Neves, e páginas com alcance de inúmeros internautas, como o “Movimento Brasil Livre”, ligado ao site “Ceticismo Político”. Todas essas referências processadas pelo PSOL e a família de Franco na Ação Comitória com Pedido de Tutela Provisória Cumulada com Ação Indenizatória (2018).

A repercussão de *Fake News* caluniosas foi impulsionada pela rapidez das redes sociais digitais, e veículos jornalísticos, desde grandes corporações como a “Folha de SP” e a “BBC Brasil”, até sites de checagem de fatos, como a agência “Lupa” e “Aos Fatos”, iniciaram uma trajetória de desmentir os boatos.

Em um momento que a sociedade brasileira passa por instabilidade política, polêmicas envolvendo a segurança pública e também polarizações de cunho ideológico, é importante refletir quais as imagens sociais e relações de poder presentes dentro e fora das mídias digitais recentes, especificamente do Facebook, e como os sujeitos são construídos no/pelo discurso. Discutir a presença de determinados enunciados em meio virtual se torna elementar para compreensão da trama que vivemos, e o futuro que tecemos. Neste ponto entre passado, presente e futuro, a história se mostra viva e em movimento. A trajetória do tempo nos pareceria cíclica? Não por acaso, podemos relembrar cenários pregressos, em que discursos políticos e de ódio desencadearam/ apoiaram situações como genocídios e ditaduras. Na Segunda Guerra Mundial, Joseph Goebbels, ministro da propaganda do governo nazista alemão, proferiu a máxima “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade” (AÇÃO INDENIZATÓRIA, 2018). Em 2018, após a situação envolvendo a integridade da vereadora, percebemos que esta ideia ainda se desvela.

A concepção do que é uma verdade ou uma mentira é uma construção discursiva, e em uma sociedade de interatividade em redes digitais, determinados enunciados considerados rumores ou difamações se apresentam enquanto “verdade” em novos meios de comunicação. A onda de *Fake News* sobre a representante política assassinada atingiu um alcance forte na internet, promovendo uma inédita corrida entre os meios jornalísticos para analisar e divulgar o que era real ou não. Mas, principalmente, esta situação provocou questionamentos na área da Comunicação e Jornalismo acerca do poder, e consequências que as construções enunciativas e formações discursivas (neste caso, vinculadas a informação noticiosa) podem atingir através do ciberespaço.

O diálogo entre sujeitos pelas redes virtuais é um ponto de discussões na área de jornalismo. Afinal, as notícias falsas que reforçam determinados pensamentos e fomentam discursos de ódio podem ser rapidamente espalhados em redes de comunicações digitais. Portanto, uma justificativa social que sustenta a importância de estudos que compreendam a comunicação pela internet é que, hoje, a maioria das pessoas está presente em redes digitais. É preciso ressaltar que o Brasil é o quarto colocado no ranking mundial dos países com maior quantidade de pessoas que utilizam internet, conforme o “Informativo da Secretária de

Comércio e Serviços” (2017). No ano passado foram 120 milhões de pessoas conectadas, segundo o relatório “Economia da Informação 2017: Digitalização, Comércio e Desenvolvimento” (ONU, 2017). Este estudo também revelou que o crescimento do acesso à internet entre 2012 e 2015 foi de 3, 5% no país. Atualmente o Facebook é a rede virtual mais utilizada por brasileiros, o que significou 103 milhões de usuários em 2017, e nos posicionou enquanto a terceira nação que mais o utiliza; consoante aos dados do relatório Digital in 2017, da instituição We Are Social em parceria com a Hootsuite (2017).

Para alegar, ademais, a necessidade de ampliar o debate sobre novas redes e mídias é preciso ter a noção que grande parte da nossa população já se comunica digitalmente; a pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (IBGE, 2016) revelou que 94,2% dos usuários, desses a maioria jovens entre 18 e 24, utilizavam o acesso à internet para se comunicar via textos, imagens e áudios por diferentes aplicativos, como redes sociais. É inevitável entender, enquanto classe de comunicadores, os papéis que o jornalismo e a maneira de produzir informações estão inseridos neste universo virtual e as influências produzidas.

Observando a forma que rumores sobre a vereadora se propagaram no Facebook e serviram de aval para argumentações de posicionamento político contrário àquele defendido por ela, nos deparamos com uma questão inicial ao entendimento do que são elaborações de “Verdade”: Afinal, como o sujeito Marielle Franco foi construído discursivamente em enunciados midiáticos na rede social Facebook, especificamente naqueles considerados *Fake News*?

Para compreender este problema norteador, foi realizada uma investigação de cinco enunciados midiáticos do gênero discursivo Meme considerados *Fake News*, que circularam principalmente entre os dias 15 e 20 de Março de 2018, por meio da teoria-metodológica Análise Foucaultiana do Discurso. Isto por que na Análise do Discurso, o objeto de análise necessita de teoria para constituir-se, como salienta Fernandes (2008, p. 60): “neste campo disciplinar, teoria e metodologia são indissociáveis, ou seja, só é possível se falar em metodologia envolvendo elementos teóricos”.

Este trabalho investiga quais regularidades discursivas é possível observar quanto às produções de sentidos e se existe um jogo de poder nesta contradição que se revela como verdade, e que será analisado em sua materialidade linguística e/ou não verbal. O interesse de analisar relações e conexões entre enunciados midiáticos e sujeitos presentes nas novas redes sociais, em meio virtual, nos leva ao objetivo desta pesquisa, que é buscar compreender como,

discursivamente, foi construído o sujeito Marielle, em seus diferentes âmbitos (política, mulher, mãe etc). Ademais, este trabalho se propõe a tentar compreender o funcionamento discursivo de enunciados midiáticos considerados *Fake News*, também a observar como discursos colocados em circulação em Redes Sociais Digitais constroem verdades e lugares (im) possíveis para os sujeitos e por fim, procura ampliar a discussão sobre noticiabilidade nas Redes Sociais Digitais em pesquisas de Jornalismo e Comunicação.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e sua finalidade é aplicada, pois se considera um fenômeno social, a morte de Marielle Franco, e procura-se compreender os elementos constitutivos de discursos difamadores em *Fake News* vinculados ao Facebook, questionando de onde vem e porque coexistem discursos contrários às representatividades do sujeito Marielle. Ou seja, busca-se analisar as formações discursivas em que se encontram os enunciados e quais suas produções de sentido. Quanto aos procedimentos inerentes aos métodos, neste estudo trabalharemos com levantamento bibliográfico acerca das considerações teóricas e também com levantamento documental, pesquisando materiais online e afins.

Para tanto, os objetos empíricos são cinco Memes processados juridicamente, por serem considerados difamatórios, pela divulgação em Facebook: o Meme produzido e divulgado pela página Curitiba contra a Corrupção com os dizeres “Lógica da Esquerda: Bandido mata mulher envolvida com bandidos e a culpa é da polícia!”, assim como os divulgados por demais páginas processadas com dizeres “Empoderada Gay, defendia o tráfico, combatia a segurança pública. Heroína da Paz?”, “Trate Bandidos como Vítimas e um dia a Vítima será você” e “Quem era Marielle: Engravidou aos 16, ex- mulher de Marcinho VP, usuária de maconha, eleita pelo comando vermelho, foi defender facção rival no comando de Acari-RJ, exonerou seis funcionários recentemente. Mas quem matou foi a polícia né?” e “Marielle Franco, vereadora do PSOL, executada pelos próprios companheiros para culpar a polícia militar. PSOL 50: Socialismo e Liberdade?”.

O partido PSOL e familiares de Franco processaram o Facebook e páginas como “MBL”, “Ceticismo Político”, administrada pelo perfil falso de Luciano Henrique Ayan, “Operacionais”, “Direita Já – Bolsonaro 2018”, “Endireitando a Verdade”, “Olavo de Carvalho”, “Contraponto”, “Bolsonaro Opressor 2.0”, “Anti-PT” e “Movimento Curitiba Contra Corrupção”. Em 28 de março de 2018, em determinação do juiz Jorge Jansen Counago Novelle, da 15ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do estado do RJ, o Facebook foi obrigado a retirar em 24h notícias denunciadas e perfis falsos, incluindo Luciano Ayan, do “Ceticismo

Político”, o que fez com que as páginas replicadoras de *Fake News* apagassem os materiais. A página “MBL” retirou o post após atingir 42 mil engajamentos, conforme afirma Nivaldo Souza na revista “Carta Capital” (2018).

Como todas as postagens originais foram apagadas, só foi possível recolher os objetos de estudo em dados do documento judicial de Ação Indenizatória (2018), arquivada pelo site do “Partido Socialismo e Liberdade” (PSOL). O critério de seleção envolvendo os objetos empíricos foi a conveniência, principalmente, que conciliou-se à proposta de trabalhar com gêneros discursivos do ciberespaço.

A composição dos capítulos foi desenvolvida para elaborar uma linha de raciocínio que possibilite compreensão coesa e coerente. Desta forma, após esta introdução apresentando a temática, a justificativa da importância desta discussão, o objeto empírico e a abordagem teórico-metodológica a ser utilizada, passaremos para os seguintes capítulos: Jogos de Saber/Poder, Construções de Verdades, Sociedades em Redes: Interações no Ciberespaço, Análise e as Considerações Finais. Em primeiro lugar, abordaremos as considerações teóricas-metodológicas acerca da Análise Foucaultiana do Discurso, explicando as dimensões de espaços de poder na sociedade, inclusive nas mídias, conforme este autor. Ali são discutidos os conceitos de Discurso, sentidos, as relações entre saber/poder e sujeitos. Depois, a questão de “verdades” em Memes *Fake News* e em discurso odioso. No quarto capítulo, teorizaremos o objeto empírico, expondo como se configuram as redes sociais na internet, um breve histórico do Facebook, a linguagem Memética e onde os sujeitos e discursos se inserem na dimensão digital. Após trilhar este caminho de entendimento contextual, no capítulo posterior é feita a análise propriamente dita do objeto empírico pela análise teórico-metodológica explorada. Por fim, as considerações finais será um espaço das últimas colocações sobre o processo realizado.

2. JOGOS DE SABER/PODER

Para melhor compreender a linha teórico-metodológica da Análise do Discurso de vertente foucaultiana, é preciso rever a origem desta teoria. Para Fernandes (2008, p. 60), é essencial conter que “neste campo disciplinar, teoria e metodologia são indissociáveis, ou seja, só é possível se falar em metodologia envolvendo elementos teóricos a partir de alguns conceitos próprios à Análise do Discurso”. Gregolin (2004) considera que a Análise do Discurso (AD) é um estudo interdisciplinar, cabível de utilização em variadas áreas do saber, como psicanálise, história ou linguística. Seu limiar, segundo a autora (2004, p. 21), remonta a releituras do Marxismo, Subjetivismo Freudiano e Estruturalismo — conceito multidisciplinar presente no século XX, em que o ponto de vista epistemológico enxerga o todo social enquanto a parte em si, em suma, vê inter-relações entre todos os fatos. De acordo com Gregolin (2004, p. 31) a diferenciação fundamental destas perspectivas e a AD seria a historicidade que é dada às estruturas.

Vasconcelos (2014, p.106) explicita que o estruturalismo surgiu como reação ao humanismo e características da filosofia existencialista, desconsiderando a máxima de que o homem seria condenado à liberdade, e entendendo que estruturas culturais, linguísticas, psicológicas, econômicas, limitariam a emancipação humana; pois “[...] o comportamento humano seria, na ótica estruturalista, determinado por estruturas das quais raramente nos damos conta”. O pós-estruturalismo, por sua vez, foi uma corrente intelectual que surgiu na década de 1960 para ultrapassar as definições estruturalistas e ampliar discussões; a seu ver, “o pós-estruturalismo distingue-se do estruturalismo que o precedeu, não propriamente por negar suas premissas, mas por levá-las às suas últimas consequências” (VASCONCELOS, 2014, p. 107). Michel Foucault pertencia ao rol de pensadores pós-estruturalistas que se debruçaram a repensar, principalmente, o conceito de Verdade na história, de acordo com historiador (2014) — apesar de Foucault recusar rótulos, consoante ao que diz Gregolin na Web série Análise do Discurso (2016) sobre o filósofo que “sempre se situou num entre lugar”.

A recusa de enquadramentos deste autor, fez com que ele percorresse diversas temáticas na compreensão do sujeito inserido na história. É interessante apontar que, para este filósofo, o tempo é visto em outra perspectiva, em uma *Nova História*, que é mutável, viva, feita de impasses e descontinuidades: “O passado é movimento.” (FOUCAULT, 2008, p. 9). Justamente por isto, embora Foucault articulasse com reflexões linguísticas, era mais ligado

aos conceitos de filosofia e história do que às problemáticas de linguagem e história, segundo Gregolin (2004). De tal forma, seus estudos se fixam na tríplice aliança: Nietzsche, Freud, Marx. O próprio autor, na introdução da obra “A Arqueologia do Saber” (1969), coloca em sua análise que o processo de descontinuidade desta nova perspectiva da história, tão presente em sua concepção do sujeito e discurso, era resultado de abalos teóricos marxistas, nietzschistas e estudos psicanalíticos, linguísticos e etnológicos:

Contra a descentralização operada por Marx - pela análise histórica das relações de produção, das determinações econômicas e da luta de classes - ele deu lugar, no final do século XIX, à procura de uma história global em que todas as diferenças de uma sociedade poderiam ser conduzidas a uma forma única, à organização de uma visão do mundo, ao estabelecimento de um sistema de valores, a um tipo coerente de civilização. À descentralização operada pela genealogia nietzschiana, o tema opôs a busca de um fundamento originário que fizesse da racionalidade o *telos* da humanidade e que prendesse a história do pensamento à salvaguarda dessa racionalidade, à manutenção dessa teleologia e à volta, sempre necessária, a este fundamento. Enfim, mais recentemente, quando as pesquisas da psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções [...] (FOUCAULT, 2008, p. 14- 15).

Destaco a ideia final desta citação: O homem, interrogado sobre o que era não soube explicar a si próprio. E afinal, quem somos nós? O homem moderno é uma construção histórico-social passível a transformações a cada dia. Questionar o que permite suas práticas, o que pondera suas relações com outros e consigo, e o que produz seus desejos, saberes e medos, foi centro das reflexões do filósofo francês Michel Foucault (1926- 1984). O estudo extenso deste filósofo se debruçou em discutir o sujeito e os exercícios de poder em uma perspectiva histórica, abordando temas diversos como a Loucura, Medicina, Prisões, Sexualidade, Discursos. Nesta perspectiva, todas as estruturas seriam permeadas por micropoderes, que se exercem não apenas entre classes sócio-políticas, mas em todas as instâncias, mesmo dentro de famílias (RAGO, 2018).

No programa televisivo Café Filosófico do canal TV Cultura, Margareth Rago (2018) expõe que Foucault trabalha com uma Genealogia do Sujeito Moderno, e que toda sua herança intelectual orienta o pensamento crítico acerca das estruturas de ordens sobre a organização política e também, sobre os corpos dos indivíduos. Para a pesquisadora, a obra filosófica deste autor é atual porque consegue enxergar imposições e propõe repensar o homem moderno, “A questão dele é pensar se não poderíamos ser outros” (RAGO, 2018) e nos levar a indagar: Quem somos e o que nos condiciona? Portanto, é preciso compreender

que o ponto central do teórico que se explora nesta pesquisa é o sujeito, e a forma em que ele se insere nos poderes/saberes do cotidiano.

Para Foucault (1989, p. 08), o poder não se instaura apenas sendo repressivo e violento, pelo contrário, nas sociedades pós-modernas seriam ações naturalizadas como se fossem inatas à vida em grupos. Como, por exemplo, o gênero, que é compulsoriamente imposto logo na primeira infância; como se ser Homem ou Mulher fossem as únicas possibilidades de papéis de identidade ou sexualidade com rígidas normas de condutas a serem seguidas. O autor reconsidera a lógica das regras que permeiam a humanidade, pois “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1989, p. 08).

A partir desta analítica do poder, que pode ser entendido enquanto um diagnóstico do presente em sua instância de historicidade, Foucault (1989) reflete sobre o que possibilita o sujeito se fabricar, bem como construir o outro por meio dos discursos. Para Gregolin, este teórico se debruçava em investigar o sujeito a partir de três eixos da Ontologia do Presente: ser-saber, ser-poder, ser-si, dado que “Ele é seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2004, p. 58). Margareth Rago (2018) acredita que Foucault consegue unir política e ética, o que o torna em sua análise, um pensador da liberdade, que propõe a quebra de conceitos rigorosos que condicionam os indivíduos. A autora (2018) conjectura que “a principal atualidade da obra de Foucault é que ela pode ser lida como uma introdução à uma vida não fascista”, ou seja, a filosofia foucaultiana serviria, em suas palavras, para sacudir as evidências ao propor que não existem ordens naturais, e que existem diretrizes que reprimem nossos gostos ou desejos.

No primeiro episódio da Web Série Análise do Discurso com Michel Foucault (2016), Gregolin argumenta que o pensamento foucaultiano pode ser compreendido em duas grandes fases: o momento arqueológico, em que o autor explora elementos da história dos saberes para entender a produção de sentidos de cada época, e o momento genealógico, em que se ponderam as configurações do “Eu” e o governo de si e dos outros. Logo, se há uma Arqueogenealogia que se manifesta pela análise do sujeito na trama histórica, e o discurso é fundamental na assimilação deste sujeito do presente, afinal “as coisas não preexistem às palavras, pelo contrário, são os discursos que produzem as coisas, as verdades de determinado período histórico” (GREGOLIN, 2016). Entender esta Ontologia Crítica do Presente significa

buscar nos elementos linguísticos, semióticos, vestígios daquilo que os discursos produziram para nos transformar naquilo que somos: “Evidentemente, para fazer a história do tempo presente ele precisa buscar historicamente, na descontinuidade da história, aquilo que os discursos nos produziram” (GREGOLIN, 2016).

Nosso método teórico-metodológico se situa especificamente na discussão foucaultiana acerca discursos, sujeitos, história e produção de sentidos. Neste campo, conforme Foucault (1986, p. 182- 183, apud GREGOLIN, 2004, p. 89), “o objeto do método arqueológico é definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem as regras”. Afinal de contas, “a história é construída por esses jogos enunciativos, pelas batalhas discursivas” (GREGOLIN, 2004, p. 93), e assim sendo, os jogos de poder/saber existem nas igrejas, escolas, governos, famílias, romances, enfim, em todas as esferas de redes de comunicação, inclusive as virtuais existentes com o apogeu da internet. E como afirmam Ferreira e Traversini (2013, p. 210): “Com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam”, e se inserem no tecido social.

Foucault (1989, p. 6) entende que discursos são perpassados pelas estratégias e conflitos presentes na sociedade, e devem ser analisados segundo a inteligibilidade destas lutas: “Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística”. Logo, é indispensável depreender que Foucault (1996) considera que os signos e símbolos são permeados por estes jogos de interesses, portanto, de acordo com o autor, o funcionamento de práticas languageiras se instaura a partir de uma “Ordem do Discurso”.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

É preciso considerar que o Discurso se encontra na exterioridade, mas não seria apenas a língua. Isto por que na materialidade linguística encontram-se elementos histórico-sociais que constituem as palavras e/ou signos, conforme explicado por Ferreira e Traversini (2013). Logo, “a noção de discurso implica, nesse processo, considerar as condições histórico-sociais de produção que envolvem o discurso” (FERNANDES, 2008, p. 15). Desta forma, “o discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder.

Conseqüentemente é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, [...] através dos quais o poder é vinculado e orientado”, explica Foucault (2012, p. 254).

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Para Gregolin (2004, p. 94), o discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, existentes em condições semelhantes. Estas condições de existência surgem nas práticas discursivas, que são o conjunto de regras anônimas, históricas, que em determinada área social (que pode ir de economia até geografia) possibilitam o exercício discursivo ou enunciativo. É desta prática, definida pelo saber que forma, que uma ordem coexiste: “As práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso” (GREGOLIN, 2004, p. 95). Em conclusão, “Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas, de algum modo” (FOUCAULT, 2012, p. 231), e por isto, as diretrizes discursivas se instauram em variados espaços.

Gregolin (2004) explicita que embora a civilização venere o discurso, dele tem medo: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 1996, p. 8). Observa-se que os discursos atendem a determinada ordem para ser produzidos, a partir de mecanismos de controle, afinal, “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer Coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Nisso se há horizontes mascarados por intenções de dominar um discurso legitimado e legitimador, situação que engloba os sujeitos permeados por interesses distintos.

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 2012, p. 253).

Nesta lógica, o discurso é uma estratégia e um produto de batalha, materializado em enunciados. Ao posicionar um enunciado como objeto de análise, o enxergamos enquanto

integrante de determinada formação discursiva permeada por estas relações de dominação. O enunciado nada mais é que a unidade do discurso, sendo entendido por Foucault como signo semiológico (GREGOLIN, 2004). Foucault (2008, p. 66) explora que o enunciado é tal como o “átomo” do discurso, sua unidade elementar. De toda forma, o autor compreende que o enunciado é singular, que para além da materialidade linguística em frases ou palavras, se define enquanto função enunciativa que possibilita a existência dos signos, ou seja, é a liga que permite que tais signos ou regras existam (FOUCAULT, 2008, p. 70).

O conceito de enunciado é ligado intrinsecamente à história, pois é um elemento que surge por condições histórico-sociais externas que o viabilizam, conforme Fernandes (2008, p. 17). Isto porque um enunciado não se configura apenas em uma frase ou ato de fala, mas existe no plano discursivo como um ato realizado pela produção de sentido, como orienta Fernandes (2008, p. 17): “A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução”.

No viés de Foucault, se observa quais as regularidades discursivas existentes com enfoque no seu aparecimento enunciativo: “Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 23- 24). Sua própria elucidação remonta ao questionamento realizado por Foucault (1995, p. 100) “O que ocorreu para que houvesse o enunciado?” (apud FERNANDES, 2008, p. 61). O que o define é a capacidade de seu aparecimento, condição presente na exterioridade, que é determinada por uma série de regras contextuais. Assim, um enunciado só nasce a partir de dadas condições, numa arena de lutas, dessa forma, chegamos ao prisma desta perspectiva foucaultiana, que é o entendimento que ordens de poder se figuram na exterioridade, que permite ou elimina a concretização de determinado enunciado.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2008, p. 22- 23).

Foucault (2012, p. 256) considera o discurso “[...] como uma série de acontecimentos [que] nos situa automaticamente na dimensão da história”. Logo, cada enunciado revela-se construído a partir da historicidade em que se contextualiza. Em suma, é necessário enxergar

o enunciado enquanto um integrante de determinada formação discursiva¹, que, por sua vez, constroem associadamente um discurso. Fernandes (2008) considera um conjunto de enunciados assentados em uma mesma regra como uma formação discursiva. No entanto, “uma formação discursiva dada apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na” (FERNANDES, 2008, p. 37). Assim, em uma dada formação discursiva, há discursos que reagem uns aos outros, o que se liga ao caráter mutável do discurso.

Nesta discussão, os sujeitos surgem como elementos destas batalhas discursivas. O sujeito discursivo, constituído na inter-relação social, por sua vez, não se trata de indivíduos particulares, mas sim de um ser social, que existe na perspectiva discursiva. Para Fernandes (2008, p. 25- 26), este sujeito é construído por várias vozes em dialogismo numa mesma conjuntura sócio-histórica, e portanto é considerado polifônico e heterogêneo; e consequentemente marcado por variáveis e conflitos internos. Na AD, o sujeito é visto enquanto produção do interior dos discursos com própria identidade, mutável, sendo o resultado das posições tomadas discursivamente (FERNANDES, 2008, p. 30). Como estamos trabalhando com um sujeito mutável de acordo com sua posição de fala, a identidade deste sujeito é também plural e fragmentada, pois o sujeito se configura e identifica a partir das múltiplas fragmentações do “outro”:

A constituição do sujeito discursivo é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação social em diferentes segmentos da sociedade. Por conseguinte, o sujeito não é dado a priori, resulta de uma estrutura complexa, tem existência no espaço discursivo, é descentrado, constitui-se entre o “eu” e o “outro” (FERNANDES, 2008, p. 29).

Dada complexidade do sujeito discursivo, o relacionamos aos efeitos de sentidos que compartilham. Para Fernandes (2008, p. 31), este sujeito assume múltiplas identidades, sendo plural e marcado por diferentes formações discursivas conforme um momento. Assim, estes sujeitos transformam-se constantemente devido sua heterogeneidade.

Para que haja relação de sentidos entre os sujeitos discursivos, antes que um enunciado circule existem condições que o moldam. Sabendo que o discurso tem regras que condicionam sua aparição, o teórico francês (1996) expõe que há controles externos e internos que editam enunciados. Para Foucault (1996, p. 9), a maneira mais familiar é a Interdição. Por este mecanismo, desenham-se os jogos do que pode ou não ser dito, quando e por quem: a

¹ Para Fernandes (2008, p. 38) a formação discursiva resulta do entrelaçamento de interdiscursos no interior de um mesmo discurso. Sendo assim a formação de um discurso é vista como heterogênea.

separação daqueles que possuem privilégios e exclusividade sobre o poder de fala, o tabu do objeto que se discute e o ritual de circunstância sobre o que é falado. Outro princípio é a Segregação, em que existem censuras opositoras entre quem é o certo/ errado, puro/ pecador, louco/ racional. Sobre este mecanismo, o filósofo remonta à figura do louco, que tinha sua palavra ignorada, anulada, da sociedade que se considera “normal”: “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas” (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Como terceiro movimento de exclusão, temos a Vontade da Verdade. Ela se dá pelo embate entre quem produz e constrói um discurso do que é verdadeiro em detrimento daquele que é considerado falso. Ora, a verdade existe? De acordo com Foucault (1996), há antes uma vontade de verdade, que indiferente ao fato realista, interpreta suas veracidades a partir de seus ângulos, e que é posta por suportes institucionais, “a verdade, portanto, é uma configuração histórica: Não há uma verdade, mas vontades de verdades que se transformam de acordo com as contingências históricas” (GREGOLIN, 2004, p. 98). Para Foucault (1989, p. 11), a verdade não existe sem que haja regulamentos e estratégias do poder por trás de seu arranjo, “por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Desta forma, este filósofo expõe que na história sempre existiram regimes desta verdade (que na realidade sequer existe), que se transforma em deliberação de superioridade aos demais; “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1989, p. 11).

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1989, p. 10).

Entre os controles internos do discurso, os interdiscursos existentes em seu interior, Foucault (1996, p. 21) refere-se ao comentário, enquanto um item ambíguo; se por um lado, ele permite a construção de novos discursos, por outro ele se mostra a reparição do que comenta e crítica. Desta forma, se há uma incorporação do que já existe, dado que não teria outra função “senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (1996, p. 25). O resultado seria o poder de restringir o que seria preservado ou esquecido.

A rarefação de um discurso também se daria pelo princípio de autoria. A função- autor neste caso não concerne ao indivíduo falante ou escritor, mas sim um sujeito discursivo, e destarte plural. O autor é visto neste sentido enquanto “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1996, p. 26). A autoria seria uma ligação institucional que determina a origem do discurso, e para tanto um controle por critérios de credibilidade de quem falou o que e quando. Em síntese, Foucault (1996, p.29) considera que se “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*”.

Outra fonte de limitação seria a disciplina, que controla a produção propriamente dita de um discurso. É a disciplina que reconhece as proposições verdadeiras ou falsas após esta passar por um conjunto de exigências complexas (FOUCAULT, 1996, p. 33- 34). Por fim, este filósofo ainda acredita na existência de um terceiro grupo de limitações aos discursos, desta vez com as operações dirigidas para os sujeitos que falam; “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (1996, p. 37). Aqui a rarefação se faz pelas exigências e qualificações daqueles que podem pertencer a círculos restritos, e por vezes, secretos. E além, determina comportamentos daqueles pertencentes a um grupo discursivo. Como exemplo, há as sociedades do discurso, com jogos de segredos, e doutrinas, como as religiosas, em que os crentes precisam acreditar em verdades absolutas, seguirem regras de pertencimento e negar determinados discursos.

Frente ao exposto, observa-se que Foucault (1996) posiciona os discursos enquanto jogos de poder/ saber que precisam de observação atenta. Para haver clareza acerca de um discurso, o autor explica os critérios necessários para se analisar o enunciado conforme sua perspectiva teórico-metodológica: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade.

O método de *inversão* é o reconhecimento do jogo negativo de um recorte e rarefação, ou seja, é buscar enxergar o enunciado enquanto um elemento editado após passar por aparatos de controle em vez de ver originalidade num sujeito que emite um enunciado. É deixar de ver no discurso a “instância fundamental e criadora [...]” (1996, p. 52). Por conseguinte vem o princípio de *descontinuidade*, que nada mais é que a constatação de que o discurso é uma prática descontínua, que se cruza ou exclui outros; afinal, para Foucault (1996, p. 52), não se pode acreditar que se reina um “grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso”. A *especificidade*, por sua vez, é uma forma de não incutirmos significações

prévias ao discurso, mas o analisarmos enquanto uma estratégia bélica específica que se pratica e que nesta prática encontra-se regular; “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (FOUCAULT, 1996, p. 53). Por fim, a *exterioridade* nos ajudaria a descortinar as condições externas que possibilitam a existência enunciativa específica.

Ainda para este filósofo, quatro noções se sobressaem enquanto princípios reguladores para a análise: *acontecimento*, *série*, *regularidade* e *possibilidades*. Desta forma, ele nega as características da história tradicional, ao modificar a óptica e relacionar o discurso à história viva, isso porque “É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (FOUCAULT, 1996, p. 56). Gregolin (2004) discorre que, em síntese, a análise foucaultiana pede que em vez de utilizarmos conceitos de unidade e originalidade as substituirmos pelos princípios reguladores, substituir também noções de consciência e continuidade por acontecimento e série, regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência e transformação. Ademais, na análise foucaultiana, os discursos devem ser tratados enquanto conjunto de acontecimentos discursivos, não como acidentes de percurso.

Neste interim, Foucault (1996) explica que seu horizonte analítico se configura por dois campos que embora utilizem “pontos de ataques” distintos, segmentos diferentes, são tarefas inseparáveis e que se completam. Os conjuntos de análise são *críticos* e *genealógicos*. A conjuntura crítica se dispõe a por em prática o princípio da inversão, procurando cercar as formas de exclusão e limitações, detectando as engrenagens de ordenamento e rarefação; mostrando assim como os discursos se formaram para responderem a estas necessidades e em que medida foram contornados. Destarte, “a crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos” (FOUCAULT, 1996, p. 65).

Por outro lado, a conjunção genealógica trabalha com os princípios de descontinuidade, especificidade e exterioridade. Assim, orienta o entendimento de como os discursos se formaram em jogos de poder. Pela agregação genealógica, procuram-se quais as regras específicas de cada discurso, quais suas condições de aparição, de crescimento e de variação; pois “a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 1996, p. 65- 66).

De sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem

nas formações reais. Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação (FOUCAULT, 1996, p. 66- 67).

Foucault (1996), então, determina sua análise discursiva em relação aos jogos de poderes e saberes, e considera que o seu papel enquanto teórico é observar os pontos em que o domínio se faz presente e limita o ser: “a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 1996, p. 70). Este filósofo enxerga que o intelectual tem em mãos a função política de questionar as relações de poderio presente nas sociedades, suspendendo o regime institucional que regulariza e impõe vontades de verdades, “Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder [...] mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento” (FOUCAULT, 1989, p. 11).

Consentindo a isto, situo a problemática acerca dos enunciados, considerados *Fake News* e processados por infâmia e difamação, sobre o sujeito Marielle Franco. O que tornou possível o aparecimento destas construções discursivas de “verdades” sobre esse sujeito? A partir das reflexões de Foucault, trata-se de investigar os embates discursivos e o próprio funcionamento do jornalismo em situações em que os discursos tornam uma rede virtual palco de uma guerra por poder-saber, que operam na estabilização de sentidos, na construção e, conseqüentemente, classificação dos sujeitos.

2.1. Sujeito: Mulher Negra

Marielle Franco (PSOL-RJ) se posicionava politicamente enquanto representante de mulheres, negros, LGBTQs e periféricos nos espaços de poder. Sua identidade era cunhada entre essas classes marginalizadas, por ser ela própria este sujeito mulher, negra, homoafetiva e de comunidades pobres. Sua morte aconteceu no processo de intervenção militar do Rio de Janeiro em 2018, e passados meses após seu assassinato brutal, não há julgamentos nem culpados; como relata a postagem da página de Facebook oficial da vereadora, “Mil plaquinhas com nome Marielle Franco distribuídas no dia que completam 7 meses sem Marielle e Anderson! Resistimos!” (MARIELLE FRANCO, 14/ 10/ 2018). O que ocorreu para que houvesse silenciamento desta vereadora e falta de investigação dos criminosos? Há de se constar que existem discursos de poder históricos na constituição do Brasil que justificam a invisibilidade e opressão de determinados grupos em proveito do senso de

superioridades de outros, privilegiados financeiramente e socialmente. Desta forma, calar o sujeito identificado enquanto mulher, negra e pobre é uma forma de sustento de um sistema bélico que mantem a ordem hierárquica.

Em primeira instância, há de se compreender o peso do sujeito negro no percurso histórico brasileiro e o incômodo que a negritude nos espaços de poder causa na ordem racista estagnada, segundo a perspectiva de Biopoder Foucaultiano e racismo enquanto elemento fundamental dos Estados Modernos (COSTA, 2015). Retornando as origens da problemática, o discurso de inferioridade racial procura perpetuar grupos poderosos em detrimento de outros desde os tempos do tráfico humano de africanos para o trabalho escravo. Para Antonio Sérgio Guimarães (1999, p. 104), a origem do conceito de racismo remonta às visões equivocadas da biologia humana do século XIX, que dividiu os seres humanos pelo conceito de “raça”, justificando assim a opressão que indivíduos não brancos sofriam na colonização europeia com a destruição de suas culturas e laços familiares. Esta doutrina cientificista concebeu a ideologia de desigualdade imanente entre povos na constituição de determinadas nações, e até hoje em dia sustenta o racismo institucionalizado em sociedades modernas, justificando diferenças sociais e de tratamento (GUIMARÃES, 1999, p. 104). Ana Luiza Flauzina (2006, p. 13) entende que o racismo à brasileira se dá pelo pacto social de manutenção de privilégios:

O discurso racista conferiu as bases de sustentação da colonização, da exploração de mão-de-obra de africanos escravizados, da concentração do poder nas mãos da elite branca locais no pós-independência, da manutenção de um povo super explorado pelas intransigências do capital. Em suma, o racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apoia para se fazer viável. Viável, obviamente, nos termos de um pacto social racialmente fundamentado, do qual as elites não abrem mão.

Kabengele Munanga (2003) reconsidera os parâmetros do racismo moderno, estabelecendo que na atualidade exista um racismo étnico, em relação ao preconceito de conjuntos populacionais com ancestrais em comum e culturas próprias. Assim, para o autor, o racismo contemporâneo já não se articula no conceito biológico de raça, pois “[...] se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje” (MUNANGA, 2003, p. 12-13). Desta forma, existem elementos sociais e culturais de populações negras que são excluídas sistematicamente pela lógica racial, em uma perspectiva de subalternidade de suas línguas, religiões, ou manifestações artísticas. Isto porque o racismo brasileiro, “quando publicamente expresso, o é por meio de um discurso sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e o baixo nível cultural das suas tradições e de seus descendentes” (GUIMARÃES, 1999, p.107).

Para Guimarães (1999), o preconceito entre raças pode ser entendido também pela problemática do sistema social, pois um grupo racial é sistematicamente posto em condições desfavoráveis, sendo marginalizado culturalmente, economicamente e politicamente, ou seja, quando há institucionalização do racismo pela sociedade e Estado. O racismo institucionalizado no percurso da história faz com que o sujeito negro seja compulsoriamente reprimido, exterminado, e silenciado por mecanismos que violam sua afirmação de identidade. Instrumentos discursivos que abalam a autoestima negra (fazendo indivíduos interiorizarem o discurso de inferioridade ao padrão branco), estratégias de exclusão direta ou mecanismos impessoais e sutis que negam espaços a pessoas negras como, por exemplo, em situações de contrato de trabalho (GUIMARÃES, 1999, p. 106) são elementos sistemáticos que mantêm o racismo embutido nas relações.

No Brasil, o discurso racista se construiu principalmente por práticas sociais de naturalização da opressão. Kabengele Munanga (2003, p. 06) ilustra bem esta realidade: “Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Relações de superioridade e inferioridade ligadas a cor da pele e, automaticamente, a culturas étnicas e posições sociais. Guimarães (1999, p. 107) entende que, no Brasil, há um “racismo de atitudes”, acobertado pelo discurso ilusório de “democracia-racial” e perpetuado por invisibilidade nos sistemas jurídicos. O mecanismo de exclusão econômico-social da negritude e seu conseqüente empobrecimento contribuem para o discurso de que a raça esteja ligada ao fator pobreza por responsabilidade das pessoas negras, fazendo que o racismo seja intrinsecamente vinculado ao preconceito de classe.

Abdias do Nascimento (1978, p. 82) expõe que a harmonia racial é ilusória, pois “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país”, observando as desigualdades entre raças em acesso a políticas públicas de bem-estar e cidadania. A história brasileira é sistematicamente manchada pela invisibilidade e exploração da população negra, em círculos viciosos que ligam discurso histórico do racismo às práticas cotidianas e naturalizadas de coação racial e classista:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação no emprego, na escola e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia

inclusive. Alegações de que esta estratificação é "não-racial" ou "puramente social e econômica" são slogans que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira! (NASCIMENTO, 1978, p. 85).

Por cúmulo, em nossas terras, o racismo institucionalizado se mantém por discursos de recusa do problema, evocando de forma rasa que “somos todos iguais” e negando a violência simbólica que sujeito afrodescendente sofre tanto pela discriminação étnica quanto pelo caráter de desigualdade econômica do racismo. Nesta perspectiva, o sujeito racista é envolto no véu de normalidade dentro de um sistema de atenuação do preconceito de cor, pois “O racista numa cultura com racismo é por esta razão normal. Ele atingiu a perfeita harmonia entre relações econômicas e ideologia” (FANON apud NASCIMENTO, 1978, p. 85).

O aparelhamento do Estado contribui para a prática do racismo institucionalizado, enquanto elemento de exclusão do negro e, ainda, contribui com seu genocídio. Para Nascimento (1978, p. 93), o racismo brasileiro, embora refutado pelo mito de igualdade racial, é institucionalizado pelo poder governamental e pelas relações sociais: “monstruosa máquina ironicamente designada ‘democracia racial’ que só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora”. Nesta perspectiva, o mais doentio deste abrandamento da violência é uma recusa sutil a toda e qualquer cultura afro orquestrada também pelo poder Estatal, que durante a história busca embranquecer gerações e promove a morte da negritude (NASCIMENTO, 1978, p. 93):

Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra"; da operatividade do "sincretismo" religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária - manipulando todos esses métodos e recursos - a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro.

O embranquecimento da cultura afro e o sistema discursivo que incute auto-ódio aos sujeitos negros são agressões simbólicas frequentes que buscam desumanizar o negro e negar a violência racial. Para Flauzino (2006), o Estado moderno é uma máquina de administração da vida, em uma perspectiva Foucaultiana de biopolítica, que atua no sistema criminalista protegendo “cidadãos” e recrutando os “marginais” que devem morrer ou serem encarcerados. Dada a insistência do discurso de diferenças raciais desde a escravidão, na modernidade, o Estado perpetua a lógica racista de dominação e cerceamento de indivíduos vistos enquanto “selvagens e inferiores”. Assim, “dentro do esquema assumido pela modernidade, o racismo passa a ser a condição para o direito de matar, daí toda sua centralidade para o funcionamento do Estado” (FLAUZINO, 2006, p. 99). Em uma visão de biopoder, o Estado legitima o

racismo institucionalizado no sistema penal ao perseguir a comunidade negra vinculada a estereótipos de inferioridade e sentimento de alerta ao perigo a desvios da ordem branca: “Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 304- 305, apud FLAUZINO, 2006, p. 99).

Edite Costa (2015) elucida que neste nexu foucaultiano acerca o biopoder, em que a soberania do Estado Moderno determina quem deve viver ou morrer, o racismo é um elemento fundamental na organização de todos os Estados, mesmo em democracias liberais. Assim sendo, o próprio Estado de Direito constitui-se enquanto espaço de determinação de poder sobre a vida, e, nesta perspectiva, o racismo assegura a “função assassina do Estado” em sociedades de normatização, em que a soberania estatal orienta as condições de assassinio direto ou indireto: excluindo pessoas dos direitos a vida pública, pela morte política (FOUCAULT, 2010, apud COSTA, 2015, p. 67). Portanto a sistematização da ordem racista naturaliza práticas de poder em vários espaços, isto porque “a forma contemporânea de racismo mobiliza diversos micro poderes, instituições e políticas estatais, que ativam saberes e capacidades técnicas a serviço da ‘exaltação onírica do sangue superior’” (COSTA, 2015, p. 65).

Neste horizonte problematizado, o racismo brasileiro é um sistema tão voraz quanto mascarado que perpassa todas as estruturas sociais. De acordo com Carlos Gadea (2013), reverter o racismo institucionalizado seria um trabalho de resistência antirracista dos movimentos negros, elaborando o contra discurso “racialista” para se opor à invisibilidade da violência racial do país. A ressignificação do conceito de “Raça” e seu uso político, enquanto instrumento de luta, seria um elemento de redefinição dos valores de pertença identitária e resgate da autoestima dos afrodescendentes (GADEA, 2013). O autor explica que “o combate ao racismo passou a ser efetivado racializando a sociedade, já que a ideia de ‘raça’ é a que continua a diferenciar e privilegiar as oportunidades de vida das pessoas” (2013, p. 567). Assim, compreende-se que a afirmação da negritude é uma marca da luta antirracista pela reconfiguração do discurso racial (GADEA, 2013, p. 567):

Ressuscita-se a ideia de “raça” como estratégia de luta contra o mito da “democracia racial”, numa atitude que, ao supor racializar a sociedade, acredita na visibilidade deliberada de situações de conflito construídas em torno das desigualdades e discriminações raciais.

A representatividade na política é uma das formas de luta direta em um Estado racista pelo direito da etnia negra existir, assim como o “discurso racialista” de identidade fortalece

as populações negras a romperem as lógicas de padrões brancos e se orgulharem de suas memórias, culturas e traços (GADEA, 2013). Para Kabengele Munanga (2016), a própria definição de identidade étnica-racial é complexa no Brasil, dada a intensa miscigenação e a multiplicidade de identidades étnicas de populações negras ou mesmo brancas. Ou seja, a identidade negra não seria algo fixo e imutável, mas fruto da pluralidade cultural dos descendentes da diáspora africana (MUNANGA, 2016). Em geral, é preciso fortalecer a autoestima negra enquanto presença importante na construção desta pluralidade que transforma nosso país em um mosaico cultural. Bantu Steve Biko, mártir da resistência negra no sistema de *Apartheid* Sul-Africano, orienta que esta identidade e luta coletiva será resgatada pela consciência político-racial negra, (1971, p.1):

Assim, numa breve definição, a Consciência Negra é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. Portanto, a Consciência Negra toma conhecimento de que o plano de Deus deliberadamente criou o negro, negro. Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de ver a vida.

Seguindo o raciocínio acerca a naturalização institucionalizada do racismo na estrutura social (COSTA, 2015), as pessoas negras que alçam espaços de poder dentro do Estado, e pautam leis em favor da igualdade racial e social (intrinsecamente ligadas, embora diferentes), entram em conflito com a lógica das sociedades normalizadoras e historicamente racistas. Isto porque a representatividade negra, isto quando consciente do embate ao sistema déspota racista, conforme Gadea (2013), advêm antes do processo de identidade com a própria negritude e valor da ancestralidade. Portanto, a representação negra na política é uma questão de reestrutura da visão de identidade nacional, propondo legalidade de direitos igualitários da população e condições de barrar o sistema racista.

Como compreender a perpetuação de um Estado de racismo institucionalizado? Desde a década de 1970, Nascimento (1978, p. 87) explicava que mesmo o Brasil sendo composto majoritariamente por afrodescendentes, as decisões políticas há tempos eram decretadas por uma elite que se aproveita dos privilégios que sua branquitude proporciona. Passados 40 anos da inquietação de Nascimento (1978), este cenário político discrepante ainda é observado: o perfil médio dos políticos nas eleições 2018 continua a ser de homens brancos conforme análise de dados do Supremo Tribunal Federal, sendo da etnia branca 74,1% dos 27

governadores eleitos (CAESAR, 2018a), 79,9% dos candidatos à presidência, e 65,8% dos titulares ao senado (CAESAR, 2018b). Comparando os governamentais, vemos uma desigualdade latente de representatividade negra em espaços de decisões. Isto ilustra a dificuldade em construirmos um Estado Democrático de direito, que trate os cidadãos brasileiros com equidade.

Ao entendermos a lógica do racismo enraizado nos Estados Modernos (COSTA, 2015), observamos que o sujeito negro com discurso antirracista em lugares de poder rompe com os critérios de normatização da desigualdade racial. Há batalhas discursivas entre racismo e antirracismo, combates estes que perpassam o campo linguageiro e recaem nas práticas não-discursivas, nas ações do homem no mundo. O assassinato brutal de Marielle Franco se constitui como uma sentença clara, resultado do incômodo que o sujeito negro com discurso antirracista participante das decisões de poder representa a um Estado que compactua com a institucionalização do racismo. E ainda há de se constatar: Franco era uma mulher, ou seja, representava contradiscursos de gênero.

Para Margareth Rago (1998, p. 10), na contemporaneidade, há quebra de concepções hierarquizantes e minorias reivindicam epistemologias alternativas de conhecimento. Assim sendo, o contradiscurso feminista evidencia a lógica machista de que apenas o homem (especialmente o branco) heterossexual tem o direito decisivo em esferas públicas políticas ou de produção de saberes. Do ângulo desta autora (1998), a crítica feminista sobre o poder patriarcal desconstrói sínteses e identidades ditas naturais que limitam as mulheres. Isto por que a relação de mulheres como “sexo frágil” seria uma construção discursiva, em vista a interesses de dominação e subordinação (RAGO, 1998, p. 7).

De acordo com a perspectiva feminina na reescrita da história, a divisão sexual do trabalho não seria uma verdade absoluta resultante das capacidades biológicas do sexo feminino ou masculino, mas um produto discursivo masculino que estabeleceu inferioridade física e mental de mulheres (SCOTT, 1991, apud RAGO, 1998, p. 7). Parafrazeando a máxima de que “Não se Nasce Mulher, torna-se Mulher”, de Simone de Beauvoir (*Segundo Sexo*, 1948), Rago (1998) compreende que o sujeito mulher nasce a partir das lutas travadas contra o machismo por sua emancipação; pelo fortalecimento da identidade da mulher guerreira em uma linguagem militante.

Neste ponto de identidade, nos indagamos: afinal quem é esta mulher? Elas não teriam vivências, discursos e pautas distintas? Repensando a luta em prol da emancipação das mulheres envoltas em suas diversidades, não se pode deixar de observar que por tempos o

feminismo desconsiderou a mulher negra enquanto sujeito digno dos mesmos direitos das mulheres brancas de classe alta com acesso ao ensino superior (HOOKS, 2015, p. 207). Hooks (2015, p. 207) salienta esta discrepância e que as experiências de mulheres são diferentes, por isto o feminismo necessita ser plural para não promover invisibilidades daquelas não brancas e pobres: “certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero”. No processo de escravização e racismo institucionalizado, a mulher negra experimentou (e experimenta) a dose dupla do racismo e sexismo, pelas mãos de uma sociedade eurocêntrica e patriarcal como um todo; logo, não há como se considerar os dilemas e identidades desta mulher separando a questão do gênero e raça (HOOKS, 2015, p. 208). E, se ponderando os instrumentos de opressão do racismo brasileiro, há também de se destacar o fator de desigualdade social (GUIMARÃES, 1999). Com isso, é preciso uma lógica feminista inclusiva na construção de uma linguagem por e para todas as mulheres.

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois nós estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior a de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir (HOOKS, 2015, p. 208).

No percorrer da história, o contradiscurso antirracista e de igualdade de gênero se tornou essencial na resistência destes grupos marginalizados. Repensar o combate neste jogo de saber/ poder nos dá a possibilidade de compreender a história de outro ângulo, a partir da perspectiva de mulheres negras enquanto sujeitos lutadores, capazes de moldar a vida de si e da sua comunidade. Para tanto, analisar a construção discursiva de Marielle Franco em enunciados *Fake News* é uma oportunidade de pesquisar relações históricas-sociais que rondam os aspectos raciais e de gênero na pós-modernidade.

3. CONSTRUÇÕES DE VERDADES: DISCURSOS DE ÓDIO E *FAKE NEWS*

A potencialidade de difusão de inúmeras informações pela comunicação mediada pela Internet é uma realidade contemporânea. Entretanto, é preciso ponderar quais as construções discursivas que se propagam pelas vias digitais e refletir sobre a maneira como as pessoas estão sendo educadas para as mídias. Sendo assim, os objetos desta pesquisa são Memes da Rede Social Facebook considerados *Fake News* com discursos de ódio referente ao sujeito Marielle Franco. Antes de adentrarmos a discussão acerca as interações em redes sociais digitais e a propagação informativa pela internet, é necessário compreendermos o ódio que o sujeito político Marielle despertou em setores da sociedade, em decorrência de ser mulher, negra, homoafetiva e periférica. Assim, neste caso, a internet tornou-se um meio de exacerbar determinados discursos com sentido de diminuir o impacto sobre a violência sofrida por ela e, ainda, ofender sua memória.

Se enunciados agressivos violando a reputação de uma representatividade política buscaram construir efeitos de “verdades” para silenciar protestos, é preciso refletir sobre o que se configura enquanto verdade neste contexto. Para Foucault (1989, p. 10), a construção do que deve ser considerado verdadeiro denota da relação intrínseca entre poder-saber, pois “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro (...)”. Neste contexto, rumores, boatos, alterações da realidade são enunciados que pretendem articular e afirmar determinado discurso, e, portanto, são estratégias de estabelecimento de práticas/relações dominantes.

As construções de verdade perpetuam a lógica e a mecânica das engrenagens do poder, e um enunciado é um fragmento de toda uma estrutura bélica, sutil, que coexiste desde os limites linguísticos (e o que pode ou não ser dito em determinado contexto) até disputas políticas. Sendo assim, o que se legitima ou não como uma verdade é uma “edição” do discurso. Nisto, conforme Foucault (1989), o que se instaura enquanto realidade dos fatos é uma elaboração de quem exerce dado poder contra outros.

Na história do Século XX, não foram poucos os exemplos de enunciados, pertencentes a discursos caluniosos e ofensivos, que tomaram corpo para além do mundo das palavras, e se concretizaram enquanto ódio e violência voltados para pessoas/ comunidades marginalizadas. Um exemplo do poder discursivo na construção de uma “verdade”, que manifestava repulsa a sujeitos proscritos que se agravou, foi o genocídio contra comunidades homoafetivas, ciganos ou judeus com apogeu da liderança extremista Hitler na Alemanha Nazista, no contexto da

Segunda-Guerra Mundial (1939- 1945). Segundo o historiador Edson Perosa Júnior (2009), características que garantiram o sucesso da ideologia Nacional-Socialista Alemã foram a simplicidade dos enunciados para fácil apreensão da população, a objetividade e a insistência nas mesmas ideias. A política de calúnia contribuiu para o silêncio em um regime totalitário que culminou na criação de campos de concentração. A insistência nas narrativas de rejeição de judeus, por exemplo, propiciou os ânimos de ira direcionados aos Sujeitos do discurso judaico.

Assim como estes enunciados, os *Fake News* de Marielle Franco constituem estratégias discursivas de tornar como “verdade” sentidos contidos nas calúnias e rumores. Percebe-se que a objetividade, simplicidade, insistência e repulsa também são marcas presentes nos objetos de pesquisa selecionados para este trabalho. As discursividades presentes no Facebook, por sujeitos virtuais (e seus respectivos perfis em redes sociais da internet) com desejo de autoexposição e identificação, inserem-se nesses jogos de saber/poder. Na esfera das *Fake News*, nos deparamos com questionamentos próprios dos poderes existentes nos discursos. Afinal, o que leva algo a ser considerado discursivamente verdadeiro ou falso? E, ademais, o por que este determinado enunciado está sendo feito, quais os jogos de poder que o cerca?

3.1. *Fake News* no contexto de Pós-Verdade em Redes Digitais

As chamadas *Fake News* desta pesquisa se configuram enquanto Rumores/Boatos virtuais, informações sem referencialização com a realidade, sendo neste caso também categorizados como Memes com Discursos de Ódio, pelo agravante de atentarem contra a honra de uma figura pública por estereótipos discriminatórios. Em primeira instância, é preciso conceituar *Fake News*, que em tradução livre nada mais é do que Notícia Falsa, e que é uma problemática anterior a comunicação mediada pela internet.

Rumores são elementos antigos das comunicações em sociedade. Etimologicamente falando, Rumor e Boato têm origem no Latim e significam, em suma, uma informação sem confirmações oficiais, conforme diz Danielle Reule, na Dissertação “A Dinâmica dos Rumores na Internet: A WEB como Espaço de Propagação de Boatos Virtuais” (2008, p. 19): “Sendo assim, entende-se que, essencialmente, boato e rumor são sinônimos. (...) ambas se referem à forma como determinada informação é espalhada, não ao seu conteúdo”.

Segundo Reule (2008), transmissões de rumores fazem parte do processo comunicacional e, portanto, configuram uma das mídias de massa mais antigas. Isto em concordância com Kapferer (1990, p. 1, apud REULE, 2008, p. 21): “Os rumores estão em todo o lugar, não importando nossas esferas sociais (...). Antes que existisse a escrita, o boca a boca era o único canal social de comunicação [tradução da autora]”. Logo, as redes digitais são mediadoras de um fenômeno pré-existente nas construções sociais instauradas. Hildo Rocha (2018, p. 11) opina que a propagação de notícias inverídicas nunca se fizeram tão presentes quanto no ciberespaço, e que a velocidade de sua publicação e disseminação são suas características mais preocupantes em relação aos seus efeitos imediatos: “É quase impossível prever o tamanho da repercussão de uma notícia falsa, mas é certo que supere, em qualquer circunstância, o posterior esforço de denunciá-la”. Para o autor (2018), o fenômeno das *Fake News* em redes na internet pode prejudicar o sistema democrático de direito, pelo poder de influência que exerce na opinião pública, podendo afetar até mesmo o sistema eleitoral.

A internet seria apenas um canal de propagação destas notícias duvidosas. Isto porque, como salienta Adorno e Silveira (2017, p. 03), “Isso indica que a fonte produtora de notícias falsas não é algo que se possa generalizar, atribuindo a responsabilidade à ‘internet’, mas que ela pode advir de variados meios e sujeitos”.

É preciso, porém, separarmos o sujeito autor das notícias falsas do sujeito compartilhador para se entender o desenvolvimento da produção de sentido desses rumores. Divulgar dados sem noções de sua credibilidade estaria mais ligado à necessidade de interatividade e identidade dos indivíduos que a compartilham: “Uma prática de sujeitos isolados, mas em grande quantidade, buscando um modo de fazer parte do processo de construção das narrativas, sejam elas factuais ou não” (ADORNO, SILVEIRA, 2017, p. 03). As pessoas que acreditam e disseminam informações sem credibilidade fazem isto por necessidade de identificação a um grupo, conforme diz Reule (2008, p. 24):

Relações sociais são vitais para a sobrevivência humana e a ideia de se construir e de se manter relacionamentos reflete-se em nosso comportamento no cotidiano, com a crença de que algumas atitudes definem nossa aprovação em determinados ambientes. Desse modo, o indivíduo, entre outros dispositivos, pode repassar um rumor pela vontade de ser aceito nesses ambientes.

Assim, é possível compreender que a produção de verdades em informações apelativas ou inverídicas, embora anteriores a comunicação mediada pela internet, foram ampliadas pelo acesso às interatividades virtuais. Se o universo digital trouxe, por um lado, possibilidades de

multiplicidade de narrativas informativas distintas e pela interatividade entre emissores-receptores contribui para o processo democrático de direito, por meio dele também se perdem de vista o que é ético em vista da veracidade de fatos. Na opinião de Rodolpho Rafael Santos (2018, s/p), hoje em dia, a imensa propagação de *Fake News* é fruto de uma sociedade em que a verdade se tornou abstração e segundo plano dado a multiplicidade de informações no ciberespaço: “A fragmentação das fontes noticiosas criou um mundo atomizado em que mentiras, rumores e fofocas se espalham numa velocidade alarmante”.

Este contexto de relativização da fidedignidade dos fatos na internet, levando-se em consideração mais a carga emocional ou moral do boato do que sua apuração, é nomeado de Pós-Verdade (ADORNO, SILVEIRA, 2017). Para Adorno e Silveira (2017) isto significa exaltação emocionada de notícias sem que existam comprovações da sua veracidade, e se relaciona a propagação de boatos/ rumores: “Nesse sentido, é possível dizer que é a prática de compartilhar notícias falsas e não a produção de notícias falsas que está em foco quando à **discussão da pós-verdade se relaciona a questão das fake News**” (2017, p. 03[grifo nosso]). De acordo com o dicionário Priberam (2018, s/p), a descrição conceitual desta sentença é:

Conjunto de circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo social, política e jornalística, a notícias falsas ou a versões verossímeis dos factos, com apelo às emoções e às crenças pessoais, em detrimento dos fatos apurados ou da verdade objetiva.

Aliado a esta circunstância, podemos investigar esses sujeitos replicadores de enunciado *Fake News* não apenas em contextos de “Pós-Verdade”, mas de “Zumbificação da Informação” (LEITE; MATOS, 2017). Este termo, cunhado em “Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional” por Leonardo Leite e José Cláudio Matos (2017), reforça a ideia de que o excesso de informações presentes no ciberespaço tem como consequência sujeitos incapazes de filtrar o que são dados reais.

Dessa forma, a atual emergência do fenômeno da desinformação sugere que a leitura e interpretação perdeu seu poder de criticidade, gerando uma mecanização no comportamento dos indivíduos acerca da informação, de modo que acabam se comportando como replicadores de uma “poluição informacional” (LEITE; MATOS, 2017, p. 2).

Na zumbificação da informação (LEITE; MATOS, 2017) pode-se observar o efeito dos rumores nos enunciados que fazem parte de formações discursivas específicas (e nisso o conceito do que pode ser considerado “verdade” ou não é extremamente variável). Esse sentimento de estar perdido quanto aos discursos, de acordo com os autores, cria a necessidade de identificação a enunciados que produzem determinadas “verdades”, como

reflete Foucault (1996), que se assemelham a suas perspectivas e se encaixam nos seus laços sociais na internet.

Assim, esse compartilhar/partilhar sentidos ligados ao efeito-rumor permite pensar uma outra maneira de compreender a dita era da “pós-verdade”, como um modo de enlaçamento social por uma interlocução discursiva que não está necessariamente fora do discurso dominante, mas que pode sim estar fora da normatividade do discurso dominante, ou pelo menos da normatividade própria dos discursos da escrita – sem negar o equívoco, a contradição entre o que se diz sobre a prática e a própria prática da “pós-verdade” (ADORNO; SILVEIRA, 2017, p. 2).

A zumbificação informativa parece ter aumentado os rumores que se inserem em determinados espaços discursivos. Se sujeitos mediados pelo computador partilham enunciados sem credibilidade, a questão é maior do que a existência de notícias falsas propagadas sem discrepância: a problemática envolve rupturas com a imagem do jornalismo enquanto instituição de confiança, e novos modos dos sujeitos se comunicarem e entenderem a sociedade em que vivem. Desta maneira, o cenário de pós-verdade e disseminação de *Fake News* emergem em uma conjuntura histórica de crise do jornalismo tradicional.

3.2. Propagação Informativa na Internet: Jogos de Poder/ Saber em Redes

A Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) divulgou que no Brasil o segundo meio de comunicação que a população mais se informa é a internet, preferência de 26% dos cidadãos, perdendo apenas para a televisão, utilizada por 63%. Embora a comunicação digital seja uma escolha tão expressiva dos brasileiros, a credibilidade das informações que circulam por esse meio é baixa; conforme a pesquisa de mídia, 62% confiam pouco nas notícias em sites e 63% confiam pouco em notícias em redes sociais da internet.

A falta de credibilidade em informações virtuais se relaciona com a infinidade de assuntos e multiplicidade de mídias, muitas destas promovedoras de boatos por interesses específicos. Embora a internet não seja provedora de *Fake News*, existe, para Adorno e Silveira (2017), um senso comum que afirma que a internet é a grande geradora de rumores. Os autores explicam que “[...] a fonte produtora de notícias falsas não é algo que se possa generalizar, atribuindo a responsabilidade à “internet”, mas que ela pode advir de variados meios e sujeitos” (2017, p. 3). Para Kiuchi, Pereira e Moreira (2017, p. 5), a difusão informativa pelo ciberespaço criou a necessidade de emissores de conteúdos noticiosos se readaptarem as novas formas de comunicação e a concorrência: “Nessa batalha, a utilização dos recursos sensacionalistas beirando a mentira, começou a ser utilizada com mais

frequência”. Este interim se esbarra em uma questão de crise ética acerca do que é ou não jornalismo.

Para se adaptar aos novos meios de publicação e compartilhamento de informações, os meios de comunicação tiveram que passar por uma série de mudanças, inclusive de como se comunicar melhor com sua audiência fazendo uso das redes sociais, além de precisar desenvolver novas técnicas para poder chamar a atenção do leitor em meio a tantas outras. Nesse pensamento de ‘que título podemos fazer para que este receba mais destaque que os demais’, iniciou-se uma guerra entre os veículos de comunicação para garantir a sobrevivência e garantir o clique o navegador da internet (KIUCHI; PEREIRA; MOREIRA, 2017, p. 5).

De toda forma, a pós-verdade parece inundar redes da internet e, por vezes, determinadas matérias jornalísticas se utilizam de critérios emocionais para alcançarem maior audiência ou, quando isentas deste apelo, concorrem por espaços e públicos com enunciados sensacionalistas e/ou *Fake News*. Logo, a problemática de propagação de rumores inverossímeis como construções de “verdade” — isto é, de acordo com os regimes de “vontades de verdade” (FOUCAULT, 1996) — em websites envolvem críticas à própria concepção de jornalismo sério e ético. O fenômeno de disseminação de *Fake News* digitais então surgiria de duas situações contextuais: o advento das novas configurações da comunicação mediada pela internet, e pela crise da confiança do jornalismo com seu público (ROCHA; LAVARDA; SILVERA, 2018). Rocha, Lavarda e Silveira (2018, p. 03) esclarecem que “a crise de confiança no jornalismo faz supor que o senso de legitimidade do jornalismo estaria morto”, e neste ponto, as notícias falsas/rumores tornados como verdades serviriam como consequência, ao mesmo tempo em que abalo, da atual ruptura dos alicerces da prática jornalística. Consoante aos autores (2018), esta crise também viria das recentes formas de comunicação e as polarizações em redes de sociabilização, pois se o ciberespaço criou uma esfera de autoria mais democratizada, também apresentou um esvaziamento do senso de credibilidade de quem emite opinião.

Podemos analisar que, no contexto turbulento que a divulgação de notícias falsas ganha ampla propagação, conduz-se à banalização do que até o presente se teria como mentira e, deste modo, à relativização de um conteúdo tomado como verdade. O valor ou a credibilidade dos meios de comunicação se veem reduzidos diante de opiniões pessoais. O trabalho com os dados de um acontecimento passa a um segundo plano, enquanto o “como” se conta a história ganha importância e se sobrepõe ao “o quê”. Não se trata, então, de saber o que ocorreu, mas de escutar, assistir, ver, ler a versão dos fatos que mais concorda com as ideologias de cada um (ROCHA; LAVARDA; SILVEIRA, 2018, p. 04).

Os autores M. Roxo e S. Melo (2018) vão além ao considerarem que as *Fake News* da internet emergem de novas concepções jornalísticas como campo de produção cultural, e que se distinguem enquanto subcampos em um contexto de “Hiperjornalismo”. Resumindo, a

propagação sem critérios de notícias falsas seria uma abordagem presente dentro de uma sociabilização emergida de práticas jornalísticas enquanto produção cultural. Destarte, para Roxo e Melo (2018, p. 17), distinguir verdadeiro e falso para se tratar do fenômeno de *Fake News* é uma visão limitada da complexidade jornalística, pois o que estaria em jogo em parte seria a autoridade do jornalismo enquanto estrutura de poder. A autonomia do campo aplicado e as mudanças tecnológicas que aproximam o sujeito jornalista da audiência colocariam as *Fake News* como resultado da ruptura com a autoridade jornalística, como ponderam Roxo e Melo (2018, p. 14):

Segundo essa linha de raciocínio, entendemos as notícias falsas menos como um ataque externo ao jornalismo e à sua credibilidade, e mais como inserção de novos agentes no cenário complexo da prática jornalística, que envolve tecnologias, fontes de informação, anunciantes, empresas midiáticas, audiência, formuladores de políticas públicas e críticos.

Neste conflito entre veracidades ou mentiras, o jornalismo estaria em crise de autoridade e credibilidade. Os autores Sodré e Paiva (2011, p. 21-22) concluem que na modernidade a imprensa se auto intitulou enquanto defensora da expressão de liberdade no Estado de Direito e fez um “pacto de credibilidade” com seu público, buscando ser reconhecido como antítese de boatos, afinal “[...] o dever do jornalista para com o público-leitor é noticiar uma verdade, reconhecida como tal pelo senso comum, desde que o enunciado corresponda a um fato, selecionado por regras hierárquicas de importância”. Entretanto, apesar das considerações deontológicas do profissional de mídia, o que se revelaria enquanto verdade absoluta dos fatos? Se o discurso de “vontades de verdades” se incide sobre a veracidade de construções informativas, o que existe na realidade são disputas de saber/ poder, em uma perspectiva Foucaultiana (1996), que se manifestam tanto em matérias jornalísticas apuradas ou em *Fake News* em que se busca compor realidades a partir de interesses específicos, sejam comerciais ou ideológicos. O que estaria em discussão seriam estas configurações de veracidades, pois o próprio jornalismo seria também uma atividade retórica de convencimento dentro destas batalhas discursivas de poder. Conforme Sodré e Paiva consideram, não existem demonstrações filosóficas da verdade no jornalismo, mas “sim um pacto de credibilidade que, como toda convenção, institui as suas próprias regras (ficcionalmente sedutoras) de aceitação do pactuado” (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 23).

A enunciação do verdadeiro é possível? Não, ela não é possível se o erro é universal. O sujeito pode se enganar se ele faz subtrair-se o verdadeiro por suas próprias palavras, e pode compartilhar o seu erro com outros, se ele os seduz, embora não se veja por que o erro não se generalizaria junto a todo mundo, cada um afirmando que compreende muito bem o sentido daquilo que na verdade não tem sentido nenhum. (DESCOMBES, 1977, p. 88, apud SODRÉ; PAIVA, 2011, p.23).

Em suma, o jornalismo factual enquanto detentor da verdade em distinção a outras construções de realidade seria discutível, pois: “Apesar de todo o esforço de distinção entre o veraz e o falso, sem uma mediação pactuada, nunca se pode realmente saber se é verdadeiro o enunciado que desmente o falso” (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 27). Portanto, é preciso refletir acerca o exercício ético jornalístico e quais produtos se desenvolvem em uma sociedade de pós-verdade. Isso porque a mídia, enquanto instituição de poder, teria variadas facetas. Embora o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007) determine que seja direito de todo cidadão, em um sistema democrático, ter direito a informação de qualidade, precisa e correta, é importante entender o jornalismo é uma estrutura heterogênea em constantes disputas pela veracidade e credibilidade de fatos, e que a verdade é uma construção discursiva feita de diversas condições de produção.

A ideologia do campo profissional procura sempre fazer passar a ideia de que a verdade do jornalismo pertence ao enunciado, ao invés da enunciação. A realidade, porém, é que, no pacto implícito entre o jornal e seu leitor, figura a cláusula de que o discurso do jornalista deva ser crível para que o público lhe outorgue o reconhecimento da verdade. Essa credibilidade não nasce simplesmente de uma lógica do enunciado, e sim de uma hegemonia da enunciação, o que pressupõe uma luta ou um embate dos enunciados, de acordo com a variedade dos atores no acontecimento (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 24).

Se a realidade de fatos contida em informações nada mais é que elaborações de narrativas com pacto de veracidade, a mídia de massa também se insere enquanto estrutura portadora de interesses específicos. Para Noam Chomsky (2013, apud KIUCHI; PEREIRA; MOREIRA, 2017, p. 12), o sensacionalismo midiático, é um fator de manipulação produzido pelas grandes mídias, uma indagação que envolve o poder discursivo difundido por alguns meios jornalísticos: “Veículos de comunicação optam por estimular o emocional mais do que o racional para poder tornar o indivíduo vulnerável à manipulação indireta”, o que pode contribuir para a desconfiança do público em sua credibilidade.

A crise de confiança dos públicos na mediação via imprensa pode ser entendida por dados momentos (particularmente, naqueles envolvendo política e opinião pública) em que a mídia hegemônica orientada por suas convicções confundiu fatos com opiniões e boatos (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 31). Para Sodré e Paiva quando a credibilidade jornalística tradicional se abala, as informações sem critérios coletivos nem valores são aceitas, pois boatos seduziriam o público pela força sedutora do imaginário. As consequências seriam as

manifestações desmedidas de discursos sem crivos de apuração e ética, afinal “na rede eletrônica, podem ser curtas as pernas da mentira, mas são certamente muito velozes. Um furacão também é veloz, mas seus estragos podem ser duradouros” (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 31).

Se o “pacto de confiança” entre o jornalismo se rompe com seu público, resta um emaranhado de notícias sem origens, sem fontes, sem apurações, enquanto verdades. Deste ponto de vista, a crise do jornalismo se revela como uma problemática inserida do contexto de pós-verdade no ciberespaço. Nesta óptica, é necessário ponderar que o interesse em trazer a tona sentimentos e revoltas do público pelo apelo inverídico, ou aparente, em notícias falsas/boatos também podem gerar difusão de discursos de ódio (KIUCHI; PEREIRA; MONTEIRO, 2017). Então, refletir acerca o fenômeno de rumores virtuais é um exercício crítico que nos possibilita repensar as práticas profissionais que exercemos e o conceito de liberdade e ética que defendemos. Afinal, se enunciados *Fake News* surgem e ameaçam o sistema democrático de direito é porque existem condições para que sejam formulados.

3.3. Discursos de ódio no Ciberespaço

Os enunciados acerca do sujeito Marielle, independentemente do efeito-rumor que proporcionalmente tomaram, configuram-se não apenas enquanto pós-verdade, ou como “falso” ou “certo” discursivamente. Outro ponto inerente é que os objetos desta pesquisa revelam enunciados com discursos de ódio a uma figura pública com representações claras: mulher, negra, homoafetiva, periférica e pertencente à esquerda política. Logo, as formações discursivas em que se inscrevem os sujeitos-autores dos enunciados considerados mentirosos acerca do sujeito Marielle podem ser observadas pela sua produção de sentidos de ódio. Nesta consideração, torna-se essencial retornar ao questionamento inicial de Foucault “O que ocorreu para que houvesse o enunciado?” (1995, p. 100), para se entender a importância de analisar os boatos difamatórios contra Marielle.

O discurso de ódio se insere em uma perspectiva linguística de desvalorizar, humilhar, ou rejeitar sujeitos historicamente marginalizados, no intuito de diminuir a sua dignidade e negar sua participação política enquanto sujeito de direitos (WALDON, 2010 apud FREITAS; CASTRO, 2013, p. 345). Assim, “Calar, excluir e alijar são propósitos da manifestação de ódio” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 345). Este tema levanta polêmicas contraditórias quanto aos limites da liberdade de expressão, afinal em que momento acaba e começa o direito de

cada um? Os autores Silva, Nichel, Martins e Borchardt (2011, p. 447) consideram que o discurso de ódio é composto da externalidade de pensamentos discriminatórios, sendo reconhecida por ser “[...] manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor”. A discriminação seria entendida enquanto repulsa por sujeitos com características que o ligam a determinado grupo.

O pesquisador Thiago França (2017) entende que o ódio é impessoal e coletivo, pois se odeia a identidade subjetiva daquele “outro” grupo. Isto por que a subjetivação identitária seria uma condição de existência no mundo, e assim, via o discurso de ódio seria passível a disposição do sujeito, sendo o praticante do ódio ou a minoria. A identidade seria uma construção contínua social, histórica e cultural, e a partir disto, das relações entre semelhantes se constituem particularidades do “eu” diferente daquele “outro”. Destarte, o discurso se constitui sempre de um efeito de sentidos entre sujeitos, então, nestes exclusivamente de ódio, tanto o agressor quanto a vítima se constituem enquanto sujeitos em relações desiguais de poder (FRANÇA, 2017).

Se me faça entender, tanto o “Odeio, logo existo” quanto o “És odiado, logo existes” referem-se à constituição de uma subjetividade. Nos dois, um certo “efeito de identidade” se produz: no primeiro, odiar é condição de existência do eu; “eu sou, eu significo, eu ajo, eu leio conforme o ódio que experimento. É pelo ódio que eu sei que posso ser o que acredito que sou; na segunda, é por ser odiado que eu existo, de modo que o modo com o outro me vê, isto é, odiosamente, é o que produz a minha existência. E talvez haja espaço, coisa que ainda devo fazer adiante, em outros fôlegos, para pensar uma existência pela resistência, o que produziria um “resisto, logo existo” (ou “resisto para seguir existindo”), o que seria uma forma de compreender a resistência como condição de existência (FRANÇA, 2017, p. 3).

Para Freitas e Castro (2013, p. 352), o exercício da cidadania fica comprometido pelo objetivo do discurso de ódio ser justamente limitar e promover a segregação de grupos (principalmente o de minorias), atentando contra a liberdade de expressão de estes sujeitos manifestarem suas reivindicações por direitos sociais.

Na busca de um conceito operacional para o discurso do ódio (*hate speech*), observa-se que tal discurso apresenta como elemento central a expressão do pensamento que desqualifica, humilha e inferioriza indivíduos e grupos sociais. Esse discurso tem por objetivo propagar a discriminação desrespeitosa para com todo aquele que possa ser considerado “diferente”, quer em razão de sua etnia, sua opção sexual, sua condição econômica ou seu gênero, para promover a sua exclusão social (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 344).

Legalmente falando, pelo caráter discriminatório e silenciador, hoje nossa legislação entende o discurso de ódio como crime. Segundo Freitas e Castro (2013, p. 349), a liberdade de expressão, embora prevista como direito fundamental, não é absoluta no Brasil e assim o

discurso de ódio não pode ser relativizado enquanto direito de expressão de alguns pelo entendimento jurídico brasileiro que direitos a dignidade humana devem também ser levados em consideração. Logo, existem Leis nacionais que vedam a legalidade do discurso de ódio, o tornando como conduta criminosa (Freitas; Castro, 2013, p. 349):

Quanto ao discurso do ódio, entretanto, pode-se observar vedações expressas infraconstitucionais promovidas pela Lei n. 7.716/89, que tipifica, em seu artigo 20, como condutas criminosas, a prática da discriminação que deprecia e desqualifica em razão da raça, cor, etnia, procedência nacional ou religião.

Apesar das considerações legais para este ato criminoso, com o advento da comunicação via redes sociais da internet, o discurso de ódio disputa espaços de poder/ saber conforme interesses específicos, isto porque “através da rede, o homem comete ilícitos, propaga mensagens de conteúdo prejudicial, viola direitos fundamentais dos demais usuários” (SILVA; NICHEL; et al., 2011, p. 446). Utilizando-se de elementos persuasivos da propaganda e publicidade, discursos de ódio podem fortalecer estereótipos, selecionar ou criar fatos favoráveis ao seu ponto de vista, criando “inimigos”, apelando para noções moralizantes de autoridades para agregar adeptos (BROWN, 1971, apud SILVA; NICHEL; et al., 2011, p. 448).

O Facebook, rede social digital com milhões de usuários, é uma plataforma que permite interações discursivas por recursos visuais, escritos ou audiovisuais. Dado a potencialidade de criação de laços entre grupos e confrontos entre identidades diferentes, e pelo (suposto) anonimato de perfis online, os discursos de ódio circulam. Para Carlos Alves e Tatiana Paulo (2017, p. 40), isso pode ser compreendido, pois “são nas entrelinhas e nos desvios de condutas que surgem os discursos de ódio propagados e compartilhados no *Facebook*, pois os usuários que praticam tais atos acreditam que estão protegidos pelo anonimato que supostamente a *Web* oferece”. As violências e relações de poder do mundo concreto acompanharam novas tecnologias de comunicação e continuaram pela rede social virtual, a perpetuar relações de opressão e segregação (ALVES; PAULO, 2017, p. 41).

Desta maneira, é possível compreendermos que discursos de ódio pela internet podem estar relacionados diretamente com algumas *Fake News*, pelo foco em segregar e humilhar sujeitos relacionados a grupos historicamente minoritários. No caso do discurso odioso, conforme Silva, Nichel, et al. (2011, p. 449), a ofensa não se dirige a apenas uma pessoa, mas ao grupo social como um todo a qual ela pertence é atacado, assim se produz uma “vitimização difusa”. Destarte, discursos de ódio atacando o sujeito Marielle Franco enquanto mulher, negra, homoafetiva e ativista da esquerda política se revelam como uma segunda

violência (após assassinato) que buscam invisibilizar e silenciar grupos marginalizados e manter privilégios de poder.

4. SOCIEDADE EM REDES: INTERAÇÕES NO CIBERESPAÇO

Para assimilar as condições que viabilizaram a difusão de construções de verdades em redes sociais da internet, neste capítulo exploraremos a funcionalidade da comunicação via internet e as definições do gênero Meme virtual, nosso objeto de análise.

Início afirmando: O homem é um ser social. Partiremos desta ideia aristotélica que posiciona o humano enquanto, primordialmente, dependente das relações com seus pares, isto é, ser que necessita se configurar enquanto sujeito em face de sociabilidade com os outros ao redor, para entendermos as interações em espaços mediatizados. Este ser intrinsecamente social se relaciona e interage com a comunidade por estruturas de ligações em comum que formam laços e pertencimento, por redes sociais.

Uma Rede Social seria um espaço sócio-histórico destas interligações entre sujeitos, sendo definida para as autoras Denise Cogo e Liliane Brignol (2011, p. 82) como “[...] estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura”. A capacidade de formar laços implicaria participação social, que poderia resultar em mudanças concretas na vida de indivíduos ou grupos (COGO; BRIGNOL, 2011). As autoras (2011) consideram que as organizações destas redes interacionais contariam com a mediação das tecnologias de comunicação para além dos diálogos mútuos.

Para Manuel Castells (1999, p. 25), as tecnologias não determinam a sociedade, porém são essenciais enquanto elementos que a explicam, isso por que “a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Nós vivemos em uma sociedade emergida em redes interligadas, de acordo com o autor, que se originou a partir da década de 1970 com a revolução da tecnologia da informação (1999, p. 25). Esta mudança no método de desenvolvimento seria causada por uma reestruturação do sistema capitalista industrial para um modelo globalizado e baseado no informacionalismo (CASTELLS, 1999, p.32). Nas sociedades pós-modernas, para Castells (1999, p. 35), a organização social – constituída na produção (lucro e consumo), poder e experiência (busca de satisfação de vontades e desejos humanos)- seria orientada em nova estrutura de modo informacionista com foco no acúmulo de conhecimentos e informações. O surgimento de tecnologias de informação que integram o mundo em redes globais (CASTELLS, 1999, p. 36) capta as nuances desta recente estruturação social-econômica baseada no capitalismo informacional.

Desta forma, de acordo com Gogo e Brignol (2011), a internet surgiu enquanto uma ferramenta de mediatização de comunicação em redes que atendem aos anseios de uma sociedade baseada no interacionismo flexível, dinâmico, e nos acúmulos de saber/poder. A rapidez de informações, a facilidade de encontrar uma infinidade de assuntos, e a interatividade são algumas das características presentes no cotidiano daqueles com acesso ao ciberespaço. Assim, na pós-modernidade, o mundo digital seria um caminho tecnológico e de conexões em redes marcado pelo alto potencial de participação dos sujeitos: “Embora reconheçamos a interatividade como característica também de outras mídias, é na internet que ela ganha força como prática efetiva nos usos midiáticos” (COGO; BRIGNOL, 2011, p. 85).

O pesquisador Henry Jenkins (2013) entende que a tecnologia digital modificou a cultura do mundo globalizado como um todo, transformando comportamentos sociais a partir dos inúmeros sentidos e possibilidades de comunicação que a miscelânea de diversas mídias unidas em apenas uma plataforma digital trouxe. Assim, “a convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (JENKINS, 2013, p. 31). Uma cultura de mosaicos, com múltiplos sentidos vinculados ao encontro de diversas mídias, ressoa nesta sociedade em redes, pois para Jenkins (2013, p. 30), “a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”.

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. Não haverá uma caixa preta que controlará o fluxo midiático para dentro de nossas casas. Graças à proliferação de canais e à portabilidade das novas tecnologias de informática e telecomunicações, estamos entrando numa era em que haverá mídias em todos os lugares. A convergência não é algo que vai acontecer um dia, quando tivermos banda larga suficiente ou quando descobirmos a configuração correta dos aparelhos. Prontos ou não, já estamos vivendo numa cultura da convergência (JENKINS, 2013, p. 43).

O universo virtual está ligado à multiplicidade destas plataformas de mídias, que entre conexões midiáticas permitem que os sujeitos transitem entre meios de comunicação difusos, conforme expõe Jenkins (2013, p. 43). Assim, o ciberespaço inunda nossas ambiências e transforma nossas visões sobre o mundo ao redor. Pelos celulares, computadores, tabletes, a internet abriga uma infinidade de novas formas de estabelecimento de redes sociais, e, portanto, a mediatização da comunicação se faz presente tanto em espaços virtuais quanto em concretos. Conforme entende Raquel Recuero (2009), as tecnologias digitais permitiram que

as interações entre grupos e pessoas experimentassem novas possibilidades comunicacionais. De fato, é uma tecnologia que culminou na mudança de hábitos na comunicação humana:

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros (RECUERO, 2009, p. 22).

Para Recuero (2009, p. 29), neste processo interacional digital se configuram os Atores, que são as construções identitárias que representam determinadas expressões de individualidade e suas Conexões, que são as interações que identificam possíveis laços sociais entre determinados atores: “Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores”. Desta forma, as conexões digitais podem evoluir para formação de laços entre pessoas no mundo real, pois a “interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais” (RECUERO, 2009, p.28). Nesta obra, a autora não deixa de observar que dada a quantidade de discursos e informações presentes neste espaço digital, existem tipos de laços diferentes que se configuram como mutáveis. No geral, podemos entender, conforme esta perspectiva, que as redes sociais digitais são tipos de relacionamentos com laços fortes ou fracos, dispersos, entre atores sociais mediados por computadores ou dispositivos móveis.

A autora posiciona que as interações mediadas pela internet mantêm e constroem relações complexas e tipos de valores que constituem as redes sociais via computadores; pois “De modo geral, a mediação pelo computador oferece novos lugares, ou seja, novos espaços para conhecer parceiros com interesses em comum e estabelecer laços iniciais” (RECUERO, 2009, p. 44). Os novos espaços de interação digital têm aspectos específicos, como o distanciamento entre as pessoas envolvidas, estabelecimento de “anonimato” e, conseqüentemente, facilidade dos atores iniciarem ou terminarem relações. Estes elementos de sociabilização no ciberespaço transformam a própria comunicação para além da internet, com o advento da desterritorialização e distanciamento entre laços, conforme explica Recuero (2009). Para Newman, Barabási e Watts (2006, apud RECUERO, 2009, p. 58), essas sociabilizações seriam dinâmicas, estruturas em movimento e evolução constante, em que sentidos e relações se alteram conforme os espaços e atores dispostos em determinada situação/ tempo.

A partir destas referências teóricas, adentra-se na crítica sobre estas relações entre Atores Sociais. Se pensarmos nestes Atores enquanto Sujeitos Discursivos (FOUCAULT, 1996), podemos compreender as produções de sentidos de determinado enunciado. Nas Redes Sociais Digitais, existem discursos de diferentes grupos, conforme suas construções de saber. E pela característica própria da internet, de mediar interações existentes, os sentidos existentes nos vários discursos podem reforçar as relações de poder. A abrangência deste universo digital traz vozes de diferentes sujeitos enquanto atores ativos em discussões interacionais. Embates entre pensamentos contrários em assuntos políticos, por exemplo, são realidades observadas na rede Facebook. E neste ponto discorre o crucial nesta pesquisa, a análise dos enunciados discursivos e quais sentidos de “verdade” se configuram para diferentes sujeitos.

4.1. Visibilidades na Rede Social Digital Facebook

Conforme a linha de raciocínio tracejada até o momento, neste universo digital interativo, as sociabilizações vão sendo construídas a partir do sentido de pertencimento entre atores e seus grupos. Websites, espaço virtual de um indivíduo ou organizações, com a finalidade de expressar as interações em redes digitais, são *softwares* sociais que permitem visibilidades e articulações entre atores, segundo Recuero (2009, p. 102). É importante mencionar que sites de redes sociais são apenas sistemas, pois são os atores sociais que constituem essas redes (Recuero, 2009, p. 103). Desta forma, os sites atuam na elaboração de suportes que garantiriam diversas possibilidades de atores agirem na interação com outros.

O Facebook, website com bilhões de usuários, criado em 2004 por Mark Zuckerberg, é um exemplo de espaço digital focado na publicitação de atores conectados em redes. Configura-se enquanto local onde existe tanto o interesse de interação mútua, com diálogos e intimidade entre pessoas, quanto o apreço a relações de pertencimento entre atores distantes em grupos de ideias e normas em comum, consoante ao próprio enunciado institucional da plataforma:

Todos os dias, as pessoas acessam o Facebook para compartilhar suas histórias, ver o mundo através dos olhos de outras pessoas e se conectar com amigos e causas. As conversas que ocorrem no Facebook revelam a diversidade de uma comunidade de mais de dois bilhões de pessoas, que interliga países, culturas e diversos idiomas por meio da publicação de textos, fotos e vídeos (FACEBOOK, 2018, s/p).

Sendo tanto uma mídia social que mediatiza a comunicação quanto rede social digital com bilhões de usuários, o Facebook se revela como um campo a parte a ser considerado em pesquisas de comunicação. De fato, a maneira com que o sujeito se relaciona consigo próprio

e com os demais nesta plataforma produz sentidos para si e para o outro, numa dada ordem discursiva instaurada em nossa sociedade.

Este site interliga perfis com publicações sobre temas que compõem identidades e troca de informações, de acordo com Pedro Correia e Maria Moreira (2014). Em suma, esta plataforma permite que um ator possa: “publicar informação pessoal relevante numa página individual com o seu perfil, ligar-se a outros utilizadores e criar listas de amigos, e interagir com outros utilizadores” (BUFFARDI; CAMPBELL, 2008; TUFEKCI, 2008, apud CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 168). E, pelo fator de ser uma plataforma estritamente digital, recria maneiras dos sujeitos se comunicarem: “Com mais de 800 milhões de utilizadores ativos, o Facebook está a mudar a forma como centenas de milhões de pessoas se inter-relacionam e partilham informação” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 168).

O Facebook permite tanto que um usuário monte uma página personalizada com seus retratos, ideias e recordações, quanto a oportunidade de se relacionar com outros perfis adicionados enquanto “amigos” em sua rede individual. Os autores Correia e Moreira (2014, p. 173- 177) verificam que as interações sociais deste Website são permitidas por uma série de funcionalidades específicas do sistema, como as listadas a seguir: *Botão de reações*: Faculta que um ator possa interagir com assuntos que aprove ou desaprove em seu *Feed de notícias* por meio do botão *Like* (gosto) ou *emotions* (pequenas imagens que simulam emoções simples como amor, raiva ou tristeza); *Cutucar/ Cumprimentar*: cumprimento simples a fim de iniciar diálogos privados; *Feed de Notícias*: O ator pode se informar sobre assuntos de interesse ou atividades desempenhadas por perfis adicionados pelo *Feed de notícias*. De acordo com Correia e Moreira (2014, p. 174), desde 2006, Zuckerberg, criador do Facebook, fez atualizações nesta funcionalidade incluindo opções personalizáveis sobre a privacidade de quem poderia ou não ver determinada informação pessoal; *Grupos*: Espaços cedidos a junção de perfis com interesses em comum, para discussões ou divulgação de eventos; *Homepage*: Página pessoal que conta informações descritivas dos usuários e é personalizável; *Marketplace*: estabelecimento de relações mercantis de compra e venda; *Messenger*: sistema de mensagens privadas; *Mural*: pode ser utilizado como um espelho daquilo que se permite expor aos demais, atualizado com fotos ou textos pessoais adicionadas pelo indivíduo e reagido pelos demais, além de possuir um calendário personalizado com lembretes de eventos de interesse. As publicações individuais são categorizadas por datas. É possível estabelecer diálogos públicos por meio de comentários em publicações; *Open Grape*: Correia e Moreira (2004) designam esta função como linguagem aberta que permite que

outros websites possam ser adicionados ao Facebook, ou seja, é a ferramenta que permite o *link* de materiais de outros endereços eletrônicos; *Página de Jogos*: Os perfis podem brincar e se conectarem a outros por meio de entretenimento; *Pedido de Amizade*: Outras pessoas ou grupos vinculados a perfis podem ser adicionadas ou rejeitadas por esta ferramenta, onde o usuário viabiliza escolher quem pode ou não se integrar a sua rede pessoal.

Recuero (2009, p. 107) observa que algumas destas características próprias dos sistemas de sites sociais – como o Facebook – tem a capacidade de elaborar capitais sociais, ou seja, conceber valores nascidos dos processos de relacionamentos entre atores sociais, logo, a construção do site propriamente dito fortifica relações em redes, isto porque as conexões são mantidas pelo sistema. Para a autora (2009, p. 107), os capitais sociais são mantidos pelos vieses de visibilidade, reputação, popularidade e autoridade. Destarte, uma rede social digital pode contribuir com o aumento de visibilidade de um ator, propiciando maiores conexões e conseqüentemente mais obtenção de informações e valores (2009, p. 108). A reputação seria um capital influenciado pelas ações de um sujeito e a percepção dos outros sobre essas ações, sendo uma impressão construída pelo “eu”, o “outro” e a relação entre ambos (2009, p. 109). A popularidade teria haver com a quantidade de conexões superficiais que um sujeito desperta, como um ator e sua audiência (2009, p.111). A autoridade seria um valor atribuído por aqueles que conseguem exercer poder de influência sobre a ação dos outros (2009, p. 113).

É interessante notar as nuances destas capitais sociais ao pensarmos que, se por um lado, o acesso das redes digitais por grupos específicos trouxe visibilidades para suas pautas, por outro, representa um novo modelo de autoexposição de sujeitos. No artigo “Visibilidade Mediática, Vigilância e Naturalização do Desejo de Autoexposição”, Cíntia Dall Bello e Débora Rocha (2012) refletem acerca a relação de Vigilância Mútua do Panóptico de Benthan, noção recapitulada por Foucault, e suas reconfigurações em uma sociedade em Redes Digitais com suas complexidades. Se outrora o modelo de panóptico de Benthan representava uma sociedade em que a submissão e obediência se davam por sujeitos constantemente vigiados e vigiantes, o que se pensar do sujeito pós-moderno e suas relações entre si e os outros nas redes digitais? Conforme orientam Dall Bello e Rocha (2012, p. 4), como o panóptico foi um objeto criado para se entender a manifestação da ordem, com a dinâmica involuntária de visibilidade-vigilância, hoje em dia, se vê um movimento em que “o preço incontestado da desejada visibilidade, entretanto, é a possibilidade de ficar à mercê da vigilância alheia”.

Se, do ponto de vista da arquitetura, o modelo de vigilância centralizadora e omnividente do panóptico não pode ser imediatamente aplicável à nuvem difusa de informações que trafegam pelas redes, a frase “*cada camarada torna-se um vigia*” nunca foi tão atual, bastando adaptar “camarada” para “amigo” ou “seguidor”, denominações comuns nas redes sociais digitais para designar aqueles que configuram a audiência particular de cada usuário (DALL BELLO; ROCHA, 2012, p. 5-6).

Na concepção de Dall Bello e Rocha (2012), na sociedade contemporânea, lidamos com a naturalização dos desejos de autoexposição dos sujeitos. Isto porque a relação identitária no espaço social de redes se configura no momento em que o sujeito se sente presente no discurso. Ou seja, a existência pressupõe a capacidade de sentir-se presentificado no Facebook ou demais redes, seja compartilhando ou/e emitindo narrativas, com imagens ou textos. Conforme as autoras (2012, p. 15), os valores e impressões construídos pelo perfil/ator social na internet seria uma maneira de realizar conexões entre outras construções do “eu” (perfis no site facebook, por exemplo).

O sujeito/ator disposto a ser encarado em páginas identitárias, como os perfis em mídias sociais digitais, também interage consigo próprio em relação à imagem que vislumbra exercer aos demais. Isto conforme a análise de Larissa Martins (2013, p. 33), que entende que o sujeito pós-moderno necessita recriar identidade ao se exibir aos demais em novas esferas, afinal, “é preciso ser visto para existir dentro do espaço das mídias sociais”. Isto se deve ao fenômeno atual de recriação de identidades ampliada pela tecnologia de redes virtuais: “A construção da identidade se torna uma experimentação. No momento em que o sujeito assume uma identidade, existe uma gama de outras identificações possíveis ainda não testadas esperando por ele” (MARTINS, 2013, p. 37). A autora parte do viés de Bauman para compreender a complexidade identitária pós-moderna, pois em uma sociedade de relações líquidas existe a necessidade de “reidentificação perpétua” (BAUMAN, 2010, p.24 apud MARTINS, 2013, p. 37) que é atendida pela capacidade interativa do ciberespaço. Desta forma, a possibilidade do indivíduo apresentar-se de diversas maneiras, configurando o perfil e espaço virtual em qual interage com os demais, transfigura a construção de sua identidade.

A personalização dos perfis em redes sociais virtuais pode ser entendida enquanto fator que colabora para seu processo de identificação enquanto sujeito, pois “o usuário de uma mídia social é capaz de modificar o espaço de acordo com suas preferências, tal como tem a possibilidade de alterar as formas de comunicação, alterando assim o espaço das mídias sociais.” (MARTINS, 2013, p. 33). Num mundo de convergências, o Facebook também se encarrega de propor ferramentas que construam o discurso pertinente a este sujeito emergido

num perfil, ao possibilitar que notícias, informações, que circulam pela plataforma possam agregar ao mural de determinado usuário, ou grupo, e passem a compor a percepção dos demais acerca sua visão de mundo. Sendo assim, é preciso refletir quais os valores sociais que ligam os meios de comunicação e a elaboração de noticiabilidade que interessam aos demais sujeitos.

4.2. Difusão de Memes em Redes digitais

As marcas da internet como a rapidez, multiplicidade de assuntos e interatividade se estendem para os valores de notícias e moldam a forma com que as informações são criadas por determinados atores e recebidas pelos demais no ciberespaço, de acordo com as reflexões de Recuero (2009). Logo, as informações em redes sociais digitais são disseminadas de maneiras diferentes daquelas criadas para outras tecnologias da comunicação, como na TV ou rádios, pois se revelam em contextos e narrativas próprias.

As conexões entre os sujeitos na internet aconteceriam por fluxos de informação, e seriam construídas a partir de valores em circulação, segundo Recuero (2009). A autora defende que as conexões entre atores são constituídos de interesses, sentimentos, perspectivas, e neste horizonte há influências do capital social; “os processos de difusão da informação [em redes sociais digitais] são emergentes e resultado das interações e dos processos de conflito, cooperação e competição” (RECUERO, 2009, p. 116). Neste interim, a dispersão de mensagens informativas é observada pela perspectiva do capital social, relacionando a imagem que um ator pretende passar aos outros, isto por que “os atores são conscientes das impressões que desejam criar e dos valores e impressões que podem ser construídos nas redes sociais mediadas pelo computador” (RECUERO, 2009, p. 118).

A conexão entre atores e informação ligada a eles seria feita pelas construções de sentidos; entendidos e discutidos entre sujeitos inseridos em um mesmo contexto histórico-cultural. A intencionalidade de um sujeito em aprofundar um laço social seria externada no seu desejo de alcançar capitais sociais como audiência, reputação, popularidade ou visibilidade ao apontar um posicionamento com uma informação, afinal “[...] as pessoas publicam informações não de forma aleatória, mas baseada na percepção de valor contida na informação que será divulgada” (RECUERO, 2009, p. 133).

É interessante notar que a comunicação mediada por computadores alterou a noção de espaço geográfico, e conseqüentemente as noções de pertencimento a grupos (RECUERO,

2009), assim como a dimensão do ciberespaço modificou as relações linguísticas entre os sujeitos, trazendo à tona inúmeros gêneros discursivos diferentes que emergiram por novas motivações sociais (CARVALHO, MIRANDA; ASSIS, 2012, p. 02). Isto porque conforme relatam Carvalho, Miranda e Assis (2012, p. 02), em uma análise linguística Bakhtiana, as mudanças culturais, sociais ou tecnológicas recriam a forma que as pessoas se comunicam umas com as outras e, portanto, os gêneros discursivos surgem ou desaparecem conforme as necessidades discursivas da sociedade em pauta. Esta diversidade de gêneros se justificaria por serem “inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana” (BAKHTIN, 2010 [1992], p. 262, apud CARVALHO, MIRANDA & ASSIS, 2012, p. 2).

Este ângulo conceitual explica a existência de linguagens próprias da comunicação mediada pelo computador, especificamente ligadas a redes sociais da internet, como por exemplo, os Memes. Como os objetos de análise desta pesquisa são Memes *Fake News* sobre Marielle Franco (PSOL- RJ), é necessário refletirmos acerca suas origens e definições antes de adentrarmos a análise destes elementos.

Para as autoras Carvalho, Miranda e Assis (2012, p. 02), o Meme é um gênero discursivo que surgiu com o advento tecnológico da internet e, especialmente, pela necessidade discursiva de difusão informativa e conexões via Facebook; “Por meio da grande popularização desta rede social, a interação virtual e, ao mesmo tempo, social é estabelecida e permite o nascimento de novos gêneros”. Seguindo os critérios bakhtianos dos elementos que compõem um gênero, as autoras (2012, p. 02) mencionam que o Meme do Facebook se revela enquanto gênero discursivo por ter conteúdo temático específico com assuntos recentes ou corriqueiros, estilo verbal coloquial e composição imagética junto a textos simples, sem assinaturas de autoria.

Lucena (2015, p. 01) define o Meme enquanto gênero de formatos diversos, podendo ser textos, imagens ou vídeos que se difundem em redes com características em comum, sendo intrinsecamente uma replicação de ideias de maneira contagiosa e em constante transformação, sem assinaturas ou origens certas. Os Memes seriam, para a autora (2015, p. 03), uma construção de saberes/sentidos partilhados em uma circularidade anônima, com uma subjetivação virótica espontânea, caracterizados por replicarem valores sociais mantendo assim em cadeia circular uma ideia original compartilhada por atores, ou reinventando seus sentidos para continuarem a serem difundidos.

O termo “Meme” apareceu pela primeira vez em 1979 na obra *The Selfish Gene* (*O Gene Egoísta*) de Richard Dawkins, tal qual revela Souza (2013, p. 132), sendo a raiz

etimológica do termo, “[...] cunhada a partir da raiz Grega “Mimeme” que significa algo que pode ser copiado”. Dawkins iniciou a Mémetica, estudo dos Memes, comparando este gênero discursivo a uma abordagem evolucionista, em que o meme seria para evolução cultural tal como o gene é para a evolução das espécies biológicas: O meme seria o gene da cultura que se perpetua (RECUERO, 2009, p. 123). Recuero (2009, p. 123) salienta que, em suma, para Dawkins o meme era produto da replicação de ideias. Conforme o teórico menciona, “um ‘meme de ideia’ pode ser definido como uma entidade capaz de ser transmitida de um cérebro para outro” (DAWKINS, 2001, p. 217- 218 apud RECUERO, 2009, p. 123).

Fato é que a Internet possibilita a cooperação mútua, a construção coletiva de conhecimento, fomentando os debates e ampliando, assim, o campo de evolução dos “memes”. Os textos mêmicos carregam em si mensagens que são decodificadas pelos cérebros receptores, analisadas, interpretadas, adotadas e, por vezes, replicadas, tal que, ao se familiarizarem com a linguagem contida no componente a ser replicado, estarão dialogando de certa maneira com o criador do “meme”, ou mesmo com os partícipes das mesmas interações de transmissão de ideias (SOUZA, 2013, p. 134).

Em geral, um meme na internet orienta “uma socialização das crenças, das concepções ideológicas através da interação proporcionada pela conexão que se estabelece na Grande Rede” (SOUZA, 2013, p. 134). A Mémetica, assim, busca compreender que tipo de informação sobrevive e é passada de pessoa para pessoa e que tipo de ideia morre no ostracismo. Tendo em vista que o Meme é uma forma básica de aprendizagem social por meio da imitação (BLACKMORE, 1999, apud RECUERO, 2009, p. 123), que é potencializado pela difusão em redes sociais da internet, é preciso distinguir que mesmo que exista um saber original compartilhado, é pela mutação de sentidos que esta mesma ideia se perpetua e evolui.

Recuero (2009) pondera que assim como uma história nunca é contada do mesmo modo, o Meme nem sempre é uma reprodução fiel a original, e por isso é algo que se conserva no imaginário social e que se preserva numa propagação cíclica. Lucena (2015, p. 04) defende que o espargimento de um texto memético depende do quão aceitável uma ideia é para uma população, e que se caracteriza por suas potencialidades de variação, mutação, duração e alcance, assim como genes de seleção de espécies.

A seleção é o elemento que faz com que alguns memes chamem mais atenção do que outros, permanecendo mais e sendo mais copiados, enquanto outros não são lembrados. A retenção ocorre pela permanência do meme no caldo cultural. É comparável à hereditariedade, que faz com que um novo meme tenha, portanto, muito pouco de originalidade, mas seja produto de variações e recombinações de ideias antigas que permanecem presentes nas ideias presentes (RECUERO, 2009, p. 123- 124).

Em relação ao valor da capital social na difusão de informações, um meme se propaga pelas condições de um ator formar ou manter laços em comunidades, virtuais ou concretos.

Sendo assim, a informação memética, direta ou indiretamente, é motivada por associações de valor em grupo (RECUERO, 2009, p. 130).

Consoante às nossas discussões acerca das relações de saber/poder, conexões pela interatividade da internet, gêneros discursivos em redes virtuais e a capacidade epidêmica de propagação de ideias nas disputas entre espaços de poder, é preciso vincular estas reflexões em exemplos do presente. Os enunciados diluídos em Memes do Facebook e considerados *Fake News* acerca de Marielle Franco reverberam discursos partilhados sobre as representações deste sujeito, vítima de violência brutal. Neste caso o Meme está ligado à difusão de discursos de ódio, possibilitados por condições históricas de relativização das questões que envolvem os direitos humanos e das minorias.

5. EFEITOS DE “VERDADES” E PROLIFERAÇÃO DE MEMES OFENSIVOS SOBRE MARIELLE FRANCO

“Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré”; é desta forma que o acervo institucional digital de Franco (2018a) inicia texto descrevendo a vereadora carioca, assassinada a tiros dia 14 de março de 2018 e vítima de *Fake News* em redes virtuais após atentado. O crime gerou polêmicas no Brasil inteiro, inclusive motivando a circulação de boatos e calúnias a respeito dela.

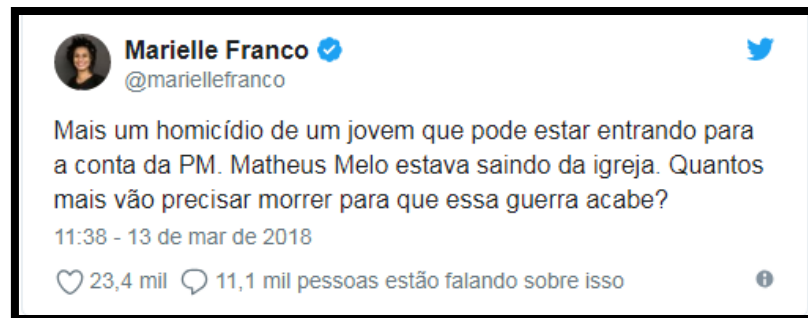
Antes de problematizar os discursos Fake News, é necessário saber quem era esta carioca, quais seus posicionamentos políticos e o contexto em que se deu sua execução. Marielle nasceu em 1979 no Complexo da Maré, conjunto de favelas na zona norte da capital carioca; era socióloga com mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF) com pesquisa acadêmica na área de análise da atuação policial na periferia (MARIELLE FRANCO, 2018a). Militante das causas de Direitos Humanos, iniciou sua luta após uma tragédia pessoal durante a juventude: uma amiga foi morta por bala perdida na comunidade da Maré, e, desde então, marcada por este luto, Franco engajou-se nas batalhas pelos direitos de minorias, chegando a compor ao lado do deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) a equipe da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (MARIELLE FRANCO, 2018a).

Sua história de enfrentamento às injustiças sociais, machismo, LGBTfobia, racismo era sintetizada na frase de filosofia africana em que se inspirava, “Eu sou por que Somos” (CARNEIRO, 2018, n. p). Munida de sua trajetória política e seus ideais humanitários, Franco buscou ocupar cargo público na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e foi eleita como vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade com 46,5 mil votos em 2017, tornando-se a quinta mais votada da cidade (MARIELLE FRANCO, 2018a; CARNEIRO, 2018). Segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio, cerca de 38% de seus votos vieram de bairros da Zona Sul, como Jardim Botânico ou Laranjeiras, locais considerados redutos da classe média (CUNHA, 2018). O site oficial desta personalidade (2018) aponta que a maioria dos votos veio da Zona Norte (47%).

Em pouco mais de 1 ano de mandato, as pautas de sua agenda administrativa incluíam combate ao racismo, assédio, violências de gênero, violência policial em periferias e corte de direitos dos trabalhadores (MARIELLE FRANCO, 2018b). Sobre os abusos policiais em favelas, Franco denunciava violações aos moradores de comunidades pobres. No contexto de

Intervenção Federal no Rio de Janeiro, medida sancionada pelo presidente Temer ao início de 2018 como reação a crise de segurança pública, Marielle assumiu a responsabilidade como relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio para fiscalizar a atuação de tropas, criticando o abuso de poder militar contra a população e denunciando violências realizadas por batalhões militares (LANG; BIANCHI, 2018). No dia 10 de março de 2018, a vereadora fez um apelo em suas redes sociais sobre o 41º Batalhão da Polícia Militar na região de Acari, argumentando que após a intervenção, as agressões haviam aumentado (LANG; BIANCHI, 2018). No dia anterior a sua morte, 13 de março, Marielle desabafou no Twitter sobre o assassinato de Matheus Melo na região de Jacarezinho (CATRACA LIVRE, 2018).

Figura 1- Denúncia no Twitter



Fonte: Catraca Livre, 2018.

Figura 2- Denúncia no Facebook

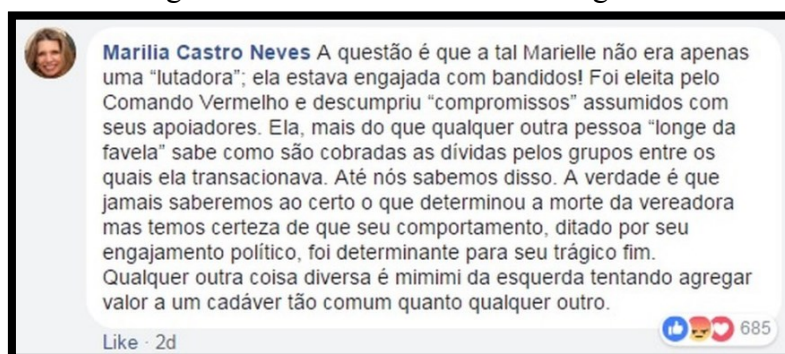


Fonte: Marielle Franco, 2018.

“Quantos mais vão precisar morrer para que esta guerra acabe?”, com este questionamento acerca a crise de segurança pública no Rio e violência contra moradores de favelas, Marielle se despediu, mostrando seu engajamento pelos direitos humanos até o fim da vida. Franco deixou a companheira Mônica Benício e uma filha adolescente, Luyara Santos, fruto de antigo relacionamento aos 19 anos com Glauco dos Santos (G1, 2018; O GLOBO, 2018). O que ocorreu para que houvesse silenciamento desta vereadora e falta de investigação dos criminosos? Além da dor de familiares e amigos, sua morte levantou uma série de questionamentos país afora, e suscitou a campanha em redes virtuais “#QuemMatouMarielle?”. Até o fechamento desta monografia, o crime seguiu sem solução, e embora haja indícios de que se tratou de uma Execução, ainda não há responsáveis julgados, e, para complicar o quadro, há denúncias de interferências corruptas no caso; em 02 de novembro de 2018, o Ministério Público apurou se houve organizações criminosas obstruindo a investigação (VALENTE, 2018).

Após o atentado, surgiu uma onda de *Fake News* diminuindo a integridade de Franco e seu assassinato (PODER360, 2018). A Pesquisa Datafolha, em parceria ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre a circulação destes boatos no Rio de Janeiro coletou entrevistas de 1.012 cariocas entre os dias 20 e 22 de março, e revelou quais rumores atingiram a maioria: a informação alegando casamento de Franco com o traficante Marcinho VP chegou a 60% das pessoas; que foi eleita pelo comando vermelho chegou a 51%; que tinha envolvimento com facções a 56%, e que defendia bandidos a 57% (FRANCO; BARBON, 2018). Os dados do Datafolha também apontaram tendência a pessoas favoráveis a intervenção militar acreditarem nos boatos (GRAGNANI, 2018). Dentre os atingidos por difamações à vereadora, o perfil da desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, magistrada no Tribunal de Justiça do Rio, foi um dos que mais repercutiram por acusações baseadas em *Fake News* e preconceitos (ISTOÉ, 2018). O comentário apontava relações entre Marielle e bandidos, responsabilizando a vereadora pela própria morte:

Figura 3- Comentário de Desembargadora



Fonte: IstoÉ, 2018

Acusações ligando Marielle Franco a envolvimento com facções criminosas e a culpando por defender direitos de “bandidos”, e portanto, ser comprometida por seu “trágico fim”, são enunciados que surgiram em dado momento. Partido da linha teórico-metodológica de AD de viés foucaultiano, entende-se que todo discurso é fruto da historicidade em que se insere e que produz. Afinal, como argumenta Dorne e Navarro (2014, p. 330- 331), nesta perspectiva o discurso se encontra como “prática” que existe apenas por estar situado pelos limites da história. Assim, pela arqueogenealogia foucaultiana, é possível observar a regularidade de dada prática discursiva, sendo os discursos “fragmentos da história” e, portanto, sujeito a regras (DORNE; NAVARRO, 2014). Interpreta-se desta maneira que os objetos de pesquisa analisados são enunciados que produzem um efeito de “verdade” e que funcionam com uma dada regularidade. Neste ponto, o assassinato de Marielle e as críticas a sua dignidade moral e intelectual surgiram em meio a Intervenção militar do Rio de Janeiro², polêmicas sobre violência contra minorias e disputas políticas eleitorais entre partidários de esquerda e direita nas redes sociais da internet.

Dentre vídeos, áudios, textos noticiosos contendo calúnias, os Memes foram um dos formatos vinculados as *Fake News* envolvendo a vereadora. Os objetos desta pesquisa são cinco destes Memes e o objetivo é compreender quais os sentidos sobre o sujeito Marielle Franco são colocados em circulação por eles. Conforme explicado nos capítulos anteriores, os Memes da internet são gêneros discursivos estritamente ligados à replicação dos discursos presentes no contexto histórico-social. Surgidos do advento tecnológico da internet e,

² Medida de exceção prevista pela Constituição Federal (BRASIL, 2018) em casos de riscos a segurança pública. Esta ação foi sancionada pelo presidente Michel Temer em 16 de Fevereiro de 2018, que atribuiu poderes administrativos do Estado do Rio de Janeiro às forças militares pelo período de 1 ano (BARBON; VETORAZZO, 2018).

especialmente, pela necessidade discursiva de difusão informativa e conexões via Facebook (CARVALHO; MIRANDA; ASSIS, 2012, p. 02), os Memes seriam, para Lucena (2015), uma elaboração de saberes/sentidos partilhados em uma circularidade anônima, caracterizando-se por replicar valores sociais, e mantendo uma ideia original compartilhada por atores em cadeia.

Com o advento das novas configurações da comunicação mediada pela internet, a repercussão de sentidos compartilhados, via Memes, seria ampliado. Da mesma forma, o fenômeno de disseminação de *Fake News* digitais foi incentivado tanto pelas novas maneiras das pessoas dialogarem quanto pela crise de confiança entre a instituição jornalística e seu público (ROCHA; LAVERDA; SILVEIRA, 2018). Nesta recente sociabilização via internet, a ruptura com a ideia do jornalismo enquanto alicerce do “pacto de verdade” (SODRÉ; PAIVA, 2011) teria como consequência um cenário em que notícias falsas/rumores são tornados verdades entre a infinidade do ciberespaço. Isto é, lembrando que a “verdade” nada mais é que uma construção discursiva de poder/saber (FOUCAULT, 1989), então o que se instaura enquanto realidade dos fatos é uma elaboração que obedece a uma regra de validação do próprio discurso. Nisto, as disputas entre poder e direitos se alojam também via internet.

Entendendo a capacidade “virótica” de sentidos via redes sociais da internet pela circulação de Memes, e a crise com o “pacto de confiança” que o jornalismo passa e que favorece a proliferação de notícias falsas, pode-se investigar as relações de sentidos entre os boatos de Franco. Busca-se, assim, como propõe a AD, inquirir quais as condições que permitiram que estes Memes se moldassem, produzissem sentidos e se proliferassem. Os Memes abaixo compõem o *corpus* de análise, e foram retirados do ar por determinação judicial contra o Facebook (2018), que consentiu a divulgação de materiais que ofendiam a honra da vereadora e que, portanto, foi sentenciado como responsável pela ampliação destas *Fake News*:

Figura 4- Objeto I "Quem era Marielle"



Fonte: Ação Indenizatória, 2018.

Figura 5- Objeto II "Lógica da Esquerda"



Fonte: Ação Indenizatória, 2018.

Figura 6- Objeto III "Executada pelos próprios companheiros"



Fonte: Ação Indenizatória, 2018.

Figura 7- Objeto IV "Um dia a vítima será você"



Fonte: Ação Indenizatória, 2018.

Figura 8- Objeto V "Heroína da Paz?"



Fonte: Ação Indenizatória, 2018.

Os cinco Memes, considerados *Fake News* e reprodutores de Discursos de ódio, que circularam no Facebook buscam produzir efeitos de verdades acerca do sujeito Marielle Franco, minimizando o crime de assassinato contra a vereadora, e se inserem em uma dada historicidade.

Frases enfáticas compõem os enunciados, como “mulher envolvida com bandidos”, “executada pelos próprios companheiros”, “trate bandidos como vítimas”, “heroína da paz?”, revelam a preocupação em inverter quem se trata de vítima da sociedade, ou do crime específico, e quem é considerado criminoso. Os Memes produzem uma dada verdade: Marielle mereceu morrer por que era uma “bandida” e que, portanto, cavou a sentença. Todavia, para esse enunciado possa funcionar socialmente, asseveramos que há um apagamento da problematização da violência em favelas que Franco denunciava. Assim, pelos enunciados, há um dado funcionamento que apoia rigor e seletividade da segurança pública em detrimento dos direitos de todos aqueles sujeitos considerados “bandidos”. Há uma separação drástica Bem (polícia militar) x Mal (Bandidos), em uma postura maniqueísta de

mundo. Logo, notamos sentidos exteriores de hierarquia social e apoio a segurança dos ditos cidadãos em contrário aos “maus” (os bandidos).

Nos Memes, não há clareza de quem sejam estes “bandidos”, mas se afirma categoricamente que não se pode tratá-los como “vítimas” e acusar a polícia militar que garante a ordem. Neste interim, a imagem de Franco enquanto militante de direitos humanos é automaticamente ligada aos “bandidos”, em detrimento da segurança e ordem do Estado que garante a paz dos bem-nascidos e combate os maus. Nas sentenças “um dia a vítima pode ser você”, “mas foi a polícia que matou?”, interpela-se o “cidadão do bem”, e se acusa não apenas o indivíduo Marielle, mas toda a classe a que ela está ligada de “bandidos”. E quem são os bandidos que devem ser contidos pela polícia e que não merecem direitos humanos? Observa-se que os sentidos históricos vão além do contexto de Intervenção militar, pois competem a ordens de micropoderes presentes na geografia e cultura carioca. Em suma, a lógica destas *Fake News* é apontar que a vereadora é a culpada e que suas críticas à atuação hostil da polícia militar contra negros e pobres marginalizados, principalmente no contexto de Intervenção, significavam que ela era ligada ao crime organizado.

Por conseguinte, consideramos estes enunciados como produtores de sentidos discursivos de ódio, por meio da estratégia de silenciamento dos sujeitos identificados enquanto negros, mulheres, periféricas, lésbicas que são englobados na classe “bandidos” ou infratores da ordem “natural”, visto que um discurso de ódio, como explicado anteriormente, se trata de um elemento de discriminação a indivíduos vinculados aos estereótipos preconceituosos existentes a determinados grupos, ou seja, o ódio se direciona a toda uma comunidade minoritária (FRANÇA, 2017).

Não obstante, o *corpus* denota que dois movimentos preexistentes na conjuntura atual possibilitam a circulação destes Memes *Fake News*. De um lado, vemos uma construção de sentidos que busca invisibilizar os discursos das minorias. Assim se dá uma acusação machista, homofóbica e racista sobre o sujeito mulher lésbica negra que alçou espaços de poder e que, portanto, é responsabilizada por sua tragédia, afinal, cometeu o “crime” de ocupar um local de decisões, que na lógica conservadora, não lhe pertencia: o poder político municipal. Por outro lado, vemos a retórica de que por Marielle defender direitos humanos e ser vinculada a esquerda política, ela também se responsabilizou por sua morte, por proteger os “bandidos” que não merecem os mesmos direitos que os “cidadãos de bem”. Desta forma, entrevemos que ao Franco se opor à política conservadora que instaurou a intervenção na cidade, é acusada de sabotar a naturalidade do Estado e, por isso, não merece mais do que

tratamento adequado a “cadáver comum quanto todos os outros”, como nas palavras da desembargadora Marília Neves (ISTOÉ, 2018). Resta refletirmos, quem são estes tantos cadáveres tão comuns que não merecem a mesma dignidade e justiça pelo Estado de direito?

Vemos um dado funcionamento discursivo que condiciona mulheres e negros a determinados espaços, bem como o que condena a militância de Direitos Humanos para minorias nesta batalha pelo Poder/ Saber. Para proceder esta análise, separemos em duas categorias as exterioridades que possibilitaram a moldagem destas vontades de “verdades”. Em primeiro lugar, analisemos quem é o sujeito discursivo Marielle Franco construído nas/pelas *Fake News* e quais as relações de sentidos discriminatórios compartilhados sobre ela pelos enunciados. Depois, detemos as condições de possibilidade e de emergência para o surgimento e circulação destes Memes.

5.1. O Sujeito Marielle nas construções *Fake News*

Retornemos a Foucault “O que ocorreu para que houvesse o enunciado?” (1995, p. 100), para analisarmos os boatos difamatórios contra o sujeito Marielle. Quais as condições de produção e divulgação de enunciados de ódio sobre esta mulher negra?

Em dados contextos e hierarquias, discursos de “vontades de verdades” buscam manter privilégios de determinados sujeitos no exercício do poder, segregando e discriminando determinados sujeitos e seus grupos minoritários. As *Fake News* que ofendem e desmerecem Marielle Franco são discursos de ódio contra todas suas representações enquanto mulher, negra, homossexual, periférica. Nesse esteio, são acusações discriminatórias contra todas estas comunidades vitimadas pela história de opressão, isto porque o preconceito manifestado pelo discurso do ódio seria entendido enquanto externalidade da repulsa por sujeitos com características que o ligam a determinado grupo (SILVA; NICHEL; MARINS; BORCHARDT, 2011). Por isso, se faz necessário reconsiderar quem é esse sujeito, o porquê há discursos odiosos contra ele, e qual a conjuntura histórica que se aplica à reação contra os direitos e segurança das minorias que Franco pertencia e defendia.

5.1.1. “Bandida”

Pelo funcionamento discursivo das *Fake News*, a identidade de Marielle é condicionada a “criminoso” e motivadora de desconfianças, tal como podemos observar no

objeto de Pesquisa IV: “Trate bandidos como vítimas e um dia a vítima será você!”. Pelas enunciações ditas no objeto III, “Executada pelos próprios companheiros”, ou no objeto V, “defensora do tráfico”, continuam-se as insinuações que relacionam o sujeito Franco ao crime organizado em favelas. Ora, por que o sujeito Marielle é condicionado a criminoso e automaticamente ligado a traficantes? Na perspectiva destes enunciados, quem é o “Você” para o qual o texto se dirige, e quem são aqueles outros, os “bandidos” tratados erroneamente como “vítimas”? Ademais, por que estes ditos “bandidos” não merecem os mesmos direitos cidadãos quando vitimados por alguma violência? Existem discursos de poder históricos na constituição do Brasil que culminam na invisibilidade e opressão de determinados grupos em favorecimento dos privilégios de outros. Pensemos sobre o que tornou possível o aparecimento destes efeitos de “verdades” sobre este sujeito: Marielle Franco (PSOL-RJ) se posicionava politicamente enquanto representante de minorias nos espaços de poder. Ademais, sua identidade era de um sujeito “cria da Maré”. Investiguemos qual a relação discursiva de sentidos sobre negritude, favela e criminalidade.

Como historicamente a construção social brasileira se baseou em sistemas de hierarquias raciais e sociais, entendemos conforme o viés foucaultiano de micropoderes, que o discurso e prática racista e classista se revelam não apenas pelo Estado, mas nas relações rotineiras entre as pessoas. O discurso racista que inferioriza e rotula o sujeito negro e favelado existe na historicidade nacional, pois, como anteriormente assegurado, o racismo institucionalizado e o biopoder sobre os corpos negros reforçam o controle social de um Estado fundamentalmente racista (COSTA, 2015). O Estado Moderno orchestra estas desigualdades ao privar durante décadas a comunidade negra do acesso aos direitos à educação, saúde ou moradia, e ademais, ao contribuir para “o longo e antigo genocídio que vem se perpetrando contra os afro-brasileiros” (NASCIMENTO, 1978, p. 93), por um sistema penal racista (FLAUZINO, 2006).

O preconceito racial à brasileira é intrinsecamente ligado à naturalização de opressões pela sociedade, que nega e inferioriza a negritude, ao mesmo tempo em que mascara o racismo institucionalizado pelo mito de “democracia racial” (GUIMARÃES, 1999). Como pontua Guimarães (1999), o preconceito entre raças no país é também de ordem econômica e política, pois o grupo racial negro é sistematicamente posto em condições desfavoráveis, como a marginalização nas cidades e formação de habitações humildes como em favelas.

Na geografia dos grandes centros urbanos brasileiros, as cidades foram construídas pela divisão racial e classista: de um lado, as regiões ricas e centrais, com acesso as políticas

públicas de mobilidade, lazer e cultura, além de infraestrutura adequada; ao redor, as favelas, onde barracos e casas simplórias se aglomeram com pouco planejamento. Para Lago e Ribeiro (2001, p. 42), a expressão territorial das desigualdades sociais é o contraste entre bairros urbanizados e a favela que “[...] concentra os segmentos sociais que apresentam maiores desvantagens no acesso às oportunidades: os mais jovens, os não-brancos e os de baixa escolaridade”. Na década de 1960, a escritora Maria Carolina de Jesus poetizou sobre sua vida sofrida na favela, e que sem ter direitos básicos assegurados pelo poder público municipal se sentia jogada como em “quarto de despejos”:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor de excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 33).

A herança da escravidão e a problemática da pobreza foram jogadas aos arredores das cidades pelo Estado Moderno, como se fazem aos “objetos sem uso” guardados em “quartos de despejo”. Burgos (2005, p. 190) reflete que historicamente, a favela foi nomeada como morada da população marginalizada do Rio de Janeiro, composta principalmente de escravos e seus descendentes que, ao final do século XIX saíram dos cortiços no centro para ocupar as encostas e morros. Ao longo do tempo, esta periferia foi sendo discriminada por representar contradições à modernidade e ao progresso da cidade.

Já Postigo (2014, p. 117- 118) considera que os sentidos discriminatórios sobre estas periferias remontam ao início do século XX, época em que os discursos oficiais começam a relacionar as favelas ao problema da criminalidade e violência urbana, e os pobres passam a ser rotulados enquanto “criminosos” a serem contidos por intervenções estatais. Na década de 1990, o governo do Rio de Janeiro iniciou uma “guerra contra o tráfico” em favelas, entendendo-as como “territórios de violência” e, conseqüentemente, assimilando os moradores enquanto “potenciais criminosos” (POSTIGO, 2005, p. 119). A autora (2005, p. 119) observa que ao final da década de 2000, com criação das UPPs, Unidades Policiais Pacificadoras, pela Secretaria Estadual de Segurança do RJ, embora houvesse um discurso de “pacificação” das favelas, a ação policial continuou a utilizar estratégias de guerra; afinal, o Estado propor o rigor de políticas de segurança pública na periferia remonta novamente a ideia de “territórios da violência” com possíveis criminosos que precisam ser contidos. Desta forma, o discurso discriminatório presente na história social sobre os “favelados” se perpetua nas entrelinhas, dividindo a cidade, morada dos “civilizados”, contra a periferia, ameaça à harmonia eugenista.

Leite (2012, p. 379) argumenta que o discurso de cidade “partida” entre crime e cidadania reverberou na representação do Rio de Janeiro como “cidade em guerra”, culminado pelo clima de insegurança em decorrência da violência; conseqüentemente este clima “[...] desdobrou-se em uma forte demanda por ordem pública, simultaneamente exigindo garantias do direito à vida e à segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão de sua condição de prerrogativas fundamentais para os *favelados*”. Situando o discurso e a prática de discriminação destas comunidades, entendidas desde o início do séc. XX como problemas a serem exterminados, e o clima de guerra que engloba o imaginário coletivo, entendemos que os abusos policiais contra moradores de favelas são aceitos por parcelas da sociedade e manuseados pelo poder público, pois “a *favela* é representada como território da não cidadania, submetida a uma força concorrente à do Estado” (LEITE, 2012, p. 380, grifo do autor). Isto porque o medo decorrente deste sentido de “cidade em guerra” coloca a favela, no imaginário social, como ameaça à harmonia. A autora aponta que ao conflito urbano ser tratado como guerra, implica-se que existam lados de aliados versus inimigos na cidade, e ao cidadão defender o lado “inimigo” e “bandido”, torna-se seu aliado (LEITE, 2012, p. 379, grifo do autor):

Nestes termos, o dispositivo discursivo que constituiu o principal operador da demanda por ordem pública foi a construção de duas imagens polares a partir da metáfora da guerra: de um lado, os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes e, nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na/pela *favela* – categoria que não distingue moradores e criminosos.

Assim, refletimos que no funcionamento discursivo das *Fake News*, há uma negação aos direitos destes “outros”, moradores da favela, vistos como criminosos em potencial, que não merecem desfrutarem da cidadania. Como elucidada no objeto de pesquisa I, pela “eleita pelo Comando Vermelho”, questiona-se a legitimidade democrática da eleição da vereadora, colocando-a em posição de intrusa do poder dominante e pertencente/aliada àqueles “outros”. Conforme a regularidade destes enunciados, defender o favelado e o negro seria rebater toda a organização dominante da política e segurança militar, ferramentas de manutenção do racismo institucionalizado do Estado Moderno. Tal questão coaduna com as discussões de Flauzino (2006), para quem o sistema político e penal moderno é legitimador do racismo.

Quando no enunciado do objeto IV “Trate bandidos como vítimas como bandidos e um dia a vítima será você”, se pede que “você”, compreendido como sujeito cidadão honesto e refém da criminalidade do morro – interpelado pelo enunciado, tome partido contra os

inimigos históricos do Estado e apoie a polícia militar para ter paz - mesmo que a violência continue a existir; porém, voltada à apenas aqueles “outros” considerados menos humanos e menos merecedores de direitos cidadãos, os intrusos do progresso moradores dos morros. Em tom de ameaça, se coloca a militarização como opção para não se tornar vítima dos inimigos da guerra urbana. Assim, Marielle é empregada como bandida e aliada da favela que deveria igualmente ser combatida ou esquecida pelo poder político ao ser posta em seu lugar de “cadáver comum”, como todos os outros negros e favelados.

O sujeito negro com discurso antirracista em espaços de poder rompe com os critérios de normatização desta desigualdade racial e social. Entende-se o assassinato de Franco como uma sentença declarada e uma tentativa de silenciamento das pautas negras e periféricas, e, depois, pelas ondas de *Fake News*, uma nova tentativa de barrar a procura pelos direitos deste sujeito marginalizado, colocando-o automaticamente no rótulo de “bandido”, “vitimista”, “mulher de bandido”. Justamente por isto, os sentidos compartilhados nos Memes criminalizam uma mulher negra que se opõe a um sistema discriminatório e alçou espaços de Poder/Saber para defender sujeitos favelados, socialmente e culturalmente excluídos. No ângulo dos sentidos compartilhados pelas *Fake News*, o “bandido” tem cor e endereço, e, destarte, precisa ser contido pelo Estado, garantindo a manutenção da Ordem e o Progresso daqueles considerados “cidadãos de bem” em detrimento daqueles sistematicamente postos às margens, encarcerados ou assassinados. Por esta associação, o discurso histórico se preserva mantendo aspectos preconceituosos sobre estes “outros” à margem, anteriormente os escravizados e agora os favelados, que devem ser contidos pela mão do Estado, assegurando os privilégios de “alguns”.

5.1.2. “Mulher de Traficante”, “grávida aos 16 anos”

Na análise foucaultiana, os discursos materializados em enunciados devem ser tratados enquanto acontecimentos discursivos. Nos objetos de pesquisa, Franco é posta enquanto parceira amorosa de criminosos, como o traficante Marcinho VP, e mulher fora das normas de pureza (de acordo com valores ocidentais cristãos e conservadores) ao engravidar na adolescência. Considerando-se que esses enunciados são tomados enquanto acontecimentos, há uma demarcação discriminatória para além do racismo e preconceito econômico: o de natureza misógina. Por que no imaginário social e sentidos compartilhados pelos Memes, o fato de Marielle ser uma mulher negra periférica a colocou automaticamente como namorada de traficante? Pontuando a imagem de mulher negra em cena, analisaremos em primeiro lugar

as fotografias de Franco e sua representação e, depois, questionaremos o funcionamento do discurso machista que condiciona a mulher a determinadas posições.

Ao primeiro olhar, ao analisarmos descritivamente os Memes, observamos que as fotos de Marielle são ou de arquivos pessoais (como na fotografia em casal), registros familiares ou de campanha, em que a mulher está sorridente, ou em momentos de afetividade, e transmite leveza. A imagem da vereadora alegre ou serena se contrasta com o teor acusatório dos textos vinculados que formam as *Fake News*. Ademais, podemos observar que Marielle exibe os cabelos crespos naturais, característica da raça negra. O cabelo afro é entendido por Nilma Lino Gomes (2006, p.8) enquanto um signo que comunica sobre relações raciais, logo, a autonomia da mulher negra que se nega a utilizar alisantes significa para além da estética, uma ruptura imagética com os discursos machistas e racistas que a cerca; isto quando esta negra ousa valorizar seus traços e ancestralidade afros. Falar em aceitação da estética e valorização do cabelo étnico é compreender a simbologia afirmativa da identidade negra. Portanto, pela fotografia, Marielle Franco reafirma o empoderamento enquanto negra ao utilizar seu cabelo como ato político de resistência e contradiscurso numa sociedade de racismo institucionalizado.

Para Gomes (2006, p. 2), o cabelo se sobressai como ícone identitário da construção social e cultural da beleza negra, um contraponto ao padrão eurocêntrico e racista em torno do que é belo ou feio. Desta forma, a questão estética do cabelo afro se insere em conflitos raciais históricos, conforme elucida Gomes (2006, p. 3):

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.

Hooks (2015, p. 207) salienta que em sociedades eurocênicas e patriarcais, as mulheres negras toleram a dose dupla do racismo e sexismo. Aliado a este fato, consideremos também a desigualdade social na vivência destes sujeitos. Promover a autoestima desta mulher, conseqüentemente, é rebater séculos de um discurso que as minimiza como “feias” e com “cabelo ruim”. Ao Marielle assumir o cabelo crespo, sua figura por si só remonta ao contra discurso antirracista e feminista que contraria a padronização e normatização de mulheres, pois Franco se empodera de sua ancestralidade negra e reafirma suas origens ao ter autonomia para aceitar sua estética negra.

Conforme relatado, o peso do sujeito negro ou mulher empoderada em espaços de poder é forte em relação à crítica do discurso dominante. Ao contrário das imagens, as frases acusatórias que constroem os enunciados enquadram negativamente o sujeito Franco como parceira afetiva de bandidos, ainda como adolescente grávida ou usuária de maconha. Nas redes sociais da internet, uma fotografia anônima envolvendo casal desconhecido circula como se fosse documentação alegando o passado amoroso de Marielle e Marcinho VP – figura controversa, sendo a nomenclatura assinada tanto pelo traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, preso desde 1997, quanto por homem falecido em 2003 e retratado por Caco Barcellos na obra “Abusado” (G1.GLOBO, 2018). O fato da vereadora não ter chegado a conhecer nenhum dos dois homens, nem da foto retratá-la, não impediu que esta imagem circulasse construindo “verdades”:

Figura 9- Fotografia aleatória alegando se tratarem de Marcinho VP e Marielle



Fonte: G1. GLOBO, 2018.

Tanto na fotografia quanto no objeto de pesquisa I, os enunciados questionam “moralmente” a corporeidade e sexualidade da mulher periférica. Quando “construções de verdades” circulam empregando sentidos entre os atores sociais que a aceitam, é o discurso patriarcal e racista (HOOKS, 2015) sobre este corpo feminino que se replica mais uma vez. Ao se apontarem críticas de cunho sexual-afetivo ao sujeito Marielle, delegam-se culpas e pecados a um corpo feminino, alvo de simbologias patriarcais. Nesta discussão, o corpo feminino é visto enquanto signo de sociabilidades, pois “O corpo funciona como marca dos valores sociais e nele a sociedade fixa seus sentidos e valores” (NOGUEIRA, 1999, p. 41).

Em uma sociedade de valores ocidentais, historicamente patriarcais — em que o homem se fixa no centro das relações familiares e políticas em detrimento da mulher — este corpo feminino, e também sua sexualidade, ficam delegadas à satisfação masculina (LOPES, 2000, s/p). Lopes (2000) pondera que a corporeidade feminina, na tradição judaico-cristã ocidental, foi cunhada pelo mito original em que a mulher é subproduto vindo da costela masculina e, portanto, feita para ser submissa ao homem. De acordo com a autora, nesta tradição ocidental, a sexualidade feminista é posta nas figuras de “santa” ou “prostituta”, cabendo a mulher apenas dois caminhos: objeto de procriação e pureza ou objeto sexual, movida pela luxúria do diabo, instigadora das paixões do homem (LOPES, 2000). Ao contrário da branca, criada para submissão no casamento, a mulher negra, entretanto, devido aos séculos de exploração de trabalho escravo (e todas suas torturas, humilhações e violações), teve sua corporeidade, enquanto símbolo, coisificada como escrava-objeto sexual a mercê do homem caucasiano (LOPES, 2000). Para justificarem estupros e impedimento da negra exercer sua maternidade e afetividades durante séculos, a lógica racista culpou esta mulher por suas opressões a enquadrando no mito de negra lasciva e sensual, feita por e para o prazer branco (LOPES, 2000, s/p): “Quanto à mulher escrava era objeto sexual, ama de leite dos filhos da senhora, empregada doméstica, gerando o ditado: Mulher negra é para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar”.

Esse dado funcionamento está presente ainda em enunciados atuais, com naturalização da mesma lógica colonial que existem em enunciados como “mulata exportação”, ou figuras midiáticas como Globeleza. Isildinha Nogueira (1999, p. 44) afirma que o passado histórico deixou neste *corpo* feminino negro um signo de inferioridade sexual-afetiva, e embora a negritude tenha alçado lugares na cultura nacional, a mulher negra ainda hoje em dia é estereotipada como a sambista, a mulata, a doméstica. Segundo Oliveira e Santos (2018, p. 15), esses signos negativos envoltos na figura da mulher negra resultaram em uma realidade que as pretere quanto às brancas, pois “a vigência destes estereótipos racistas criou no imaginário coletivo uma negra voluptuosa e ferosa, que inspira pouca confiança e que, portanto, não serve para constituir o matrimônio”.

Os sentidos compartilhados entre Franco e sua sugerida gravidez adolescente e envolvimento com traficando reproduz uma visão colonial de mulher negra caracterizada por extrema sexualidade, e inferioridade matrimonial afetiva quanto às moças brancas e bem-nascidas, preparadas desde jovens no “manto da virtude” para serem as esposas tradicionais de cidadãos de “bem”. Liga-se este corpo negro e “pecador”, no viés patriarcal e racista, à

união fora do casamento católico com o homem degenerado, o “bandido”, morador dos morros.

A gestação precoce é uma temática à parte, pois pelo enunciado *Fake News* há uma acusação sobre o corpo e sexualidade desta adolescente, não por acaso, negra. Há de se constatar a noção de que a gestação adolescente é um problema social novo, pois a própria ideia da adolescência ser momento transitório de preparação para o mundo do trabalho é um conceito moderno, surgido a partir da industrialização (ERIKSON, 1979, apud DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 124). Dias e Teixeira (2010, p. 124) consideram que esta gravidez só foi entendida como indesejada, precoce e de risco biopsicossocial pelo discurso moderno salientar que esta condição restringe as possibilidades de futuro profissional e de identidade dos adolescentes envolvidos. Logo, a problemática da sexualidade e maternidade precoce fomenta discussões quanto ao papel desta mulher na sociedade moderna.

Gursky (2018, p. 12) expõe que a maternidade, concebida em um sistema patriarcal, é uma construção social que atribui à condição reprodutora como ponto central das vidas femininas, uma vez que a sexualidade feminina é negada enquanto a maternidade é entendida como necessidade para a honra da mulher de família, cuja única escolha e felicidade é parir. “A sexualidade voltada para o prazer nas mulheres é tida como suja, vergonhosa e proibida. As mulheres desde que nascem são educadas para serem mães, cuidarem dos outros e ‘dar prazer ao outro’” (GURSKY, 2018, p. 10). De acordo com a opinião de autora (2018, p. 18), ao se atribuir o valor da gravidez na adolescência se reverbera o valor social que a própria maternidade tem, tornando a então “menina” bruscamente em “mulher”; porém, esta condição de precocidade é fruto de fenômenos como erotização e adultização de meninas que são produzidos pelo machismo, em que todo sujeito feminino deve girar em torno da sexualidade por e para o prazer e reprodução do homem. Nesta perspectiva, a adolescente grávida é apontada enquanto “culpada” por toda uma cultura de submissão feminina. Nesta sociabilização androcêntrica, a gravidez na adolescência seria uma problemática que envolve a naturalização do acesso ao corpo feminino, desde corpos de meninas e adolescentes, pela reafirmação da masculinidade, envolvendo as gestantes precoces em um ciclo de apontamentos sociais, pois após a perda do “valor” de pureza e castidade, o corpo social “[...] coloca a vítima na posição de culpada e reafirma o privilégio estrutural masculino dentro da sociedade” (GURSKY, 2018, p. 18).

Assim sendo, entende-se a exterioridade que permite que o enunciado acusatório “grávida aos 16” se concretizasse, pois se outrora este signo social de “menina” – vitimada

por uma cultura opressiva que erotiza e coisifica seu corpo desde cedo – era considerado um cânone de virgindade no viés judaico-cristão, após a gravidez juvenil, por vez o sujeito é enquadrado pelo sistema machista como responsável por um “pecado”: sexo antes do casamento, mesmo que se desconsiderando violências de gênero sistemáticas, isto porque, neste nexos, o mundo seria feito por e para os homens. Nos Memes, a raça e o fato de Marielle também ser “cria da Maré”, relacionam os rótulos discriminatórios sobre este corpo-sujeito negro ao teor de engravidar na adolescência, julgando as jovens mães como culpadas por sua falta de “virtude” e “moralidade branca”, como se houvesse uma vergonha a ser escancarada por elas, afastadas da civilização urbana e reprodutoras de mais “bandidos”. Desta forma, observa-se que o discurso de ódio contra a sexualidade feminina e negra produzem sentidos pelas *Fake News* por justamente existirem discursos misóginos que condenam a feminilidade negra na nossa sociedade. Daí, a necessidade de desconstruírem verdades de empoderamento sobre a imagem de Marielle, condicionando a ela as posições negativas deste “corpo” elaborado pelo racismo e sexismo institucionalizado, e a responsabilizando novamente pelo trágico fim.

5.1.3. “Empoderada Gay”

Nas *Fake News* analisadas, há vontades de verdades apontando ora que Franco era uma bandida, ora que era uma mulher de bandido. Porém, no objeto de pesquisa V, em que se questiona Marielle como “Heroína da Paz”, há um elemento diferente, o fato deste sujeito ser lésbico. O último Meme, em que a imagem é de momento fraterno entre a vereadora e sua namorada, o enunciado “Empoderada Gay” tenta deslegitimar Marielle e suas ações pelos direitos LGBT, criminalizando homossexuais. Questionemos a razão discursiva que torna impossível uma mulher empoderada em sua sexualidade ser considerada heroína neste enunciado.

Partindo do conceito foucaultiano de Biopoder, ou seja, sistema de poderes sobre a vida humana, que Livia Toledo (2010, p. 4) entende a normatização e controle através do dispositivo da sexualidade, que condiciona o homem e mulher a rótulos de sexo, gênero e sexualidades: “A rigidez nos papéis e expressões de gênero, o androcentrismo e a heteronormatividade são as estratégias do *biopoder* sem estrategistas definidos, visando à manutenção de uma ordem da sexualidade humana”. O sexo, o gênero, as identidades e papéis atribuídos a homens e mulheres são, neste entendimento, construções sociais. Mas, para além

de categorizações, Toledo (2010, p. 4) salienta que existe uma pluralidade de vivências afetivas-sexuais entre mulheres e que como elas não se encaixam nas regras sexuais de manutenção de poder, são excluídas e/ ou segregadas. Neste interim, as inúmeras lesbianidades sofrem duplamente, por não serem regradas pelos dispositivos de sexualidade normativa e, também, por estarem em uma sociedade machista e negarem o papel da mulher enquanto objeto do prazer masculino, vivenciando livremente as próprias sexualidades femininas (TOLEDO, 2010, p. 5):

Especialmente entre mulheres que vivenciam as lesbianidades, como a sexualidade é atribuída ao masculino, reconhecer uma relação sem a presença de um homem é intolerável nas culturas machistas, portanto, forte controle se exerce sobre elas, e uma das estratégias é o silenciamento, lançar essa forma de vivência da obscuridade, “dentro do armário”, na invisibilidade.

Ao Marielle se empoderar enquanto uma mulher que ama outra mulher, há quebra destes chavões normativos que enquadram a sexualidade e a feminilidade e, portanto, pelos Memes, há uma acusação discriminatória quanto sua opção amorosa e sexual. No apontamento de “Empoderada Gay”, demonstra-se desrespeito por escolhas para fora da caixinha normativa, se fomentando a lesbofobia e o machismo, por uma mulher que negou viver nas sombras do “armário” para onde tentam lançar todas as diversidades. Em consequência, nas *Fake News* desconsidera-se que uma “empoderada gay” possa comungar do lugar de “heroína da paz”, exatamente por que a “paz”, harmonia dos cidadãos de bem, seria alcançada apenas pela manutenção da ordem e normatização sexual, ao qual Marielle, ao se empoderar enquanto mulher lésbica, se oporia.

5.2. Cenário: A Internet como Palco de Disputas Políticas

Neste momento, nos debruçamos em compreender um pouco mais a historicidade que possibilitou que estas vontades de verdades circundassem o espectro virtual. É preciso refletir quais movimentos de poderes/saberes permitiram que os enunciados *Fake News* surgissem.

A Intervenção Federal no Rio de Janeiro é o palco de relações conflituosas. Sancionada por Michel Temer em 16 de Fevereiro de 2018 (BARBON; VETORAZZO, 2018), é uma medida inédita no país, prevista no Cap. VI— especialmente os artigos 34 e seguintes— da Constituição Federal, que estabelece que em algumas hipóteses seja possível que o presidente da república decrete intervenção nos Estados e Distrito Federal em casos de exceção. Com a justificativa de conter a crise de segurança da cidade carioca, Temer instituiu poderes ao general Walter Souza Bragga Neto como interventor, no cargo até 31 de

Dezembro, data limite da intervenção (BARBON; VETORAZZO, 2018). Consoante a reportagem “Intervenção federal no RJ faz 6 meses; entenda o que aconteceu até agora” da Folha de S.P, desenvolvida pelos jornalistas Júlia Barbon e Lucas Vetorazzo, em 15 de Ag. de 2018, após cinco meses da ação, porém, estatísticas da violência não se regularizaram: as taxas de homicídios dolosos aumentaram e registros de mortes por policiais passaram de 460 em 2017 para 636 em 2018, por exemplo.

Na Intervenção Militar, segundo Relatório Parcial do Circuito de Favelas por Direitos (2018), número de mortes aumentaram 297% em relação ao ano anterior e entre 15 favelas percorridas, houve aproximadamente 300 relatos de moradores, em condição de anonimato, denunciando violações por militares, como assédios e abusos sexuais, chacinas, disparos a esmo, invasão a domicílios, ameaça e agressão física, proibição de filmagem além de avaria de alimentos e outros. Ao retornarmos discussões anteriores levantadas na análise, consoante às problemáticas das estratégias militares violentas em favelas como consequência do clima de “cidade em guerra”, como esboçou estudos de Márcia Leite (2012), pessoas das periferias são rotuladas como “bandidas” e, portanto, são vitimadas por conflitos bélicos de um Estado ineficiente e repressivo e também de organizações criminosas, consequências da falta de políticas públicas cidadãs que envolvam a comunidade e território.

As batalhas discursivas entre conservadores, que consideram necessária a força bélica do Estado para manutenção da ordem hierárquica, e aqueles que, como Marielle Franco, repensam políticas públicas de inclusão cidadã das territorialidades periféricas, se inserem na sociedade moderna e se repercutem nas redes de sociabilidade, inclusive as da internet. Mas quem é este sujeito que apresenta o discurso conservador e que no caso dos enunciados *Fake News*, tendem a aceitar as “verdades” inseridas nestes discursos de ódio? Afinal, qual a conjuntura atual que permite que ditas posições se fortifiquem e ganhem espaços?

Com as eleições de 2018, e a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal- PSL) – personagem do espectro ultraconservador, defensor de intervenções militares, saudosista da ditadura militar de 1964, favorável à militarização rígida, diminuição da idade penal, liberação de armas de fogo, redução de gastos sociais –, observa-se que o discurso de poder da Direita extremista na política retornou às ruas após anos de consolidação do projeto centro-esquerda de país, orquestrado de 2002 á 2015 pelas presidências petistas (Partido dos Trabalhadores-PT). A exterioridade do discurso extremista da Direita, que ressurgiu após um movimento de criminalização e ressentimentos contra petistas e demais grupos de esquerda, permitiu que enunciados odientos fizessem sentido para aqueles

defensores das pautas regressistas, como rigidez militar contra estereótipos de “bandidos” e “defensores de bandidos”.

Brugnago e Chaia (2015, p. 102) consideram que se outrora disputas políticas e ideológicas ficaram abafadas durante anos, por um centralismo partidário e clima de apatia política social, o marco decisório que modificou um novo cenário de mobilizações e polarizações foram os atos de junho de 2013, que embora tenham se iniciado com o debate da esquerda sobre mobilidade urbana e redução de passes de ônibus, tornaram-se um grande movimento com diferentes pautas: “[...] as diferenças ideológicas dentro das próprias manifestações rapidamente começaram a transparecer, até o movimento implodir, rachando a massa de pessoas em dois rumos de militância com caminhos totalmente opostos”.

De acordo com Brugnago e Chaia (2015, p. 2015), embora manifestações nas ruas já fossem conhecidas pela militância da esquerda, acostumada a organizar várias ações populares desde a ditadura militar, foi um momento inédito para pessoas de Direita no país, que tomaram gosto por esta nova sensação. Eis que no seio das lutas de 2013, surgiram dois grupos opositores, os conservadores e contrários às políticas de maior redistribuição de renda, apelidados de “*coxinhas*”, versus os “*petralhas*”, termo em que foram enquadradas as militâncias da esquerda em geral, qual fosse o partido. Deste ponto, a esquerda se fortaleceu agrupando pautas comuns “como busca da igualdade de oportunidades, defesa das minorias, empoderamento do povo, defesa do Estado como responsável por atingir essas metas” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 108), e a direita se radicalizou, “a direita se polarizou muito em seu conservadorismo e discurso de ódio ao PT” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 108), saindo das eleições em 2014 exigindo impeachment da presidenta eleita. Já em 2014, a presença de políticos ligados às causas sociais se estreitou, enquanto a Direita extremista foi consolidada no poder, e, nisto a próxima decisão presidencial de 2018 se evidenciava, “Jair Bolsonaro (PP-RJ), ultraconservador conhecido pelo seu discurso de ódio contra homossexuais, foi o deputado federal com mais votos no Rio de Janeiro, com 464.572 votos” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 110) — Bolsonaro trocou o Partido Progressista pelo PSL em Janeiro de 2018.

Desta forma, “os conservadores construíram em torno de si esse medo da esquerda, que lhe usurpa para dar aos pobres, que nada têm a ver com eles” (BRUGNAGO; CHAIA, 2018, p. 116). A repulsa a esquerda em geral, salienta o antipetismo, em que o PT é posto como principal inimigo da militância da Direita. O pobre, negro, favelado são novamente discriminados e se busca colocá-los no lugar efetivo para privilégio de outros. Para Brugnago

e Chaia (2018, p. 116- 117), o sujeito conservador se sente oprimido pela redistribuição de renda e direitos aos sujeitos que anteriormente, lhe eram mais subordinados e com menos acessos à cidadania:

O capitalista não se sente mais explorando os pobres; ele é um trabalhador que construiu o seu patrimônio. A violência é cometida pelo outro, que rouba seu dinheiro para poder viver sua vida de prazeres sem ter que trabalhar, seja por benefícios, seja pela corrupção, seja por impostos excessivos, por conta de uma máquina falida do Estado. Sendo assim, inverte-se o sentido da violência, e o capitalista passa a ser o explorado, o perseguido. A classe branca se coloca em lugar de minoria. O PT lhe explora; os gays vão corromper a sua família; os índios vão ficar com as suas terras; os negros vão roubar suas vagas na faculdade; estudantes pobres do PROUNI vão estudar de graça com o seu dinheiro; os cubanos vão roubar suas vagas de médicos; os pobres vão ficar com os impostos que eles trabalharam tanto para pagar; o Estado não vai lhes dar segurança, pois para isso teria que prender pobres votantes. A classe conservadora entende-se como capitalista moralmente correta, branca, minoria e explorada. Estão todos contra eles, por isso precisam se unir para não serem esmagados.

Embora enxerguemos que os grupos vinculados à Esquerda ou Direita são heterogêneos e, portanto, permeado por interdiscursos, em geral observamos que em 2018 a polarização política radicalizada continuou a tomar conta das ruas, e particularmente, das redes sociais virtuais. Os sentidos compartilhados por grupos em comum, extremamente contrários aos opositores, circulam como em uma bolha para aqueles com os mesmos interesses e neste cenário, não há diálogos. A direita extremista rotula minorias como “vitimista” com “mimimi” da esquerda, associada ao ódio ao PT, sem que haja contraponto. Esta falta de dialogismo no Facebook é explicada por Sversuti (2018, p. 04) pela existência de filtros construídos por algoritmos no site, em que apenas o que agrada o perfil é evidenciado e o que desagrada é facilmente excluído, “Este conceito, quebra a linha democrática associada ao ambiente digital, promovendo uma falsa sensação de democracia, uma vez que estes usuários tornam-se cada vez mais intolerantes a assuntos que não lhes agradam”. As “bolhas” sociais no Facebook para a autora (2018, p. 10) ampliam a intolerância com opiniões diferentes e dificultam debates.

Considerando-se a conjuntura de polarizações de saber/poder entre direita e esquerda desde 2013, a radicalização da militância conservadora em 2018 que passa a ter liberdade para expressar discursos de ódio contra as minorias as rebaixando enquanto “vitimista” por buscarem acessos aos seus direitos, e o dispositivo de controle interno do Facebook, constroem um terreno possível para a criação de enunciados *Fake News* contra Franco, sua circulação e recepção como “verdades”. Por conseguinte, páginas como “Direita Já – Bolsonaro 2018”, “Endireitando a Verdade”, “Contraponto”, “Bolsonaro Opressor 2.0”, e

“Anti-PT”, diretamente ligadas à direita política, foram algumas das citadas como replicadoras de *Fake News* na ação judicial promovida pela família de Marielle (2018).

Não se busca, a partir dessa reflexão, fechar ou limitar as condições que possibilitaram esse enunciado, mas prover um gesto de análise que permita compreender melhor a historicidade que produz os enunciados analisados, e a história que estes produzem. Não obstante, embora as polarizações e radicalização da Direita sejam situações da história recente, os discursos contra minorias, representadas por Marielle, estão presentes na memória coletiva desde a formação do Brasil. E, em moldes tecnológicos, pelas redes sociais se replicam ideais conservadores que embora adaptados à nova roupagem, se instauram há tempos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa acerca das construções de sentidos em discursos odientos e especificamente, *Fake News*, se fez importante ao repensar quais os papéis e estereótipos que envolvem “verdades” discursivas e em quais horizontes histórico-sociais se inserem. A fim de encontrar respostas para a questão norteadora “Como o sujeito Marielle Franco foi construído discursivamente em enunciados midiáticos na rede social Facebook, especificamente naqueles considerados *Fake News*?”, nos esbarramos em diversos questionamentos sobre a construção de “verdades”, e como os sujeitos são elaborados discursivamente a partir de determinadas relações de poder. Concluímos que o sujeito Franco foi construído discursivamente nos Memes vinculado a preconceitos às minorias em contexto de polarizações políticas e radicalização conservadora.

Este cenário de ampla divulgação de rumores nos permite propor debates acerca de quais os posicionamentos do jornalismo atual em meio à internet. Sabemos que a discussão sobre os efeitos de “vontades de verdades” inseridas em redes digitais, como o Facebook, e, por conseguinte, os diálogos sobre o papel do jornalismo em novas formas de sociabilidade via digital, são complexas e merecem maiores análises. Mas, por meio desta pesquisa, foi possível investigar algumas problemáticas envolvendo a difusão informativa por gêneros discursivos recentes e, principalmente, suscitar críticas sobre quais as condições históricas que possibilitam a proliferação de discursos de ódio em novas tecnologias de comunicação. Com estas discussões, alvejamos propor futuras reflexões aprofundadas sobre qual a função do jornalismo em prol da democracia e pelo direito a fomentar o debate público em um clima de “pós-verdade” em que boatos circulam no ciberespaço.

Com a crise do pacto de confiança pelo qual o jornalismo passa, e pelas novas potencialidades de participação dos sujeitos via internet, é essencial repensar o modelo de comunicação que acreditamos e que, cotidianamente, nos dispomos a fazer. Como reconstruir a credibilidade da figura do jornalista e como pensar comunicação em redes virtuais? A onda de *Fake News* acerca Marielle Franco foi um marco de como a sociedade carece de educação para mídias e de como, pelo nosso lado, o jornalismo necessita de transparência e humanidade ao lidar com as relações que constroem com seus leitores/ ouvintes/ audiências.

As construções de verdades sobre Marielle se instauram em uma conjuntura social de conflitos, em que se faz necessário o respeito e o atendimento ao Código de Ética do Jornalismo e lutar contra discursos que diminuem a dignidade humana e, conseqüentemente,

mancham a categoria informativa como um todo, desacreditando nossa função primária que é fomentar o direito público a informação de qualidade. Salientamos como a atualidade permeia o discurso como arma bélica, e como vontades de verdades puderam construir sentidos de ódio por meio destes Memes e, destarte, vemos o quanto a linha entre democracia e totalitarismo, em que não se há liberdade para se propor diferentes ângulos dos fatos, é estreita. Afinal, como se concluiu nesta pesquisa, os enunciados acusatórios sobre Franco circularam e promoveram sentidos porque os discursos discriminatórios coexistiam e possibilitavam o surgimento e replicação de enunciados repulsivos acerca de determinados grupos em dado contexto. Pelo discurso odiento, o passado histórico se presentifica na memória social, e se atualiza no/pelo preconceito. Assim, concluímos que o discurso de ódio manifestado na superfície textual, ora de modo mais explícito, ora menos, hoje em dia é exaltado — o que prejudica e silencia minorias.

Repensando nossa responsabilidade nas construções de verdades, é importante nos atentarmos no valor e o teor discursivo em que o jornalismo vem dando a estas mesmas minorias e a estas representações políticas pela defesa dos marginalizados, como Marielle. Ora, a quem é dado posicionamento e quais os interesses públicos para qual que se dirigem nossas produções? E este questionamento, para muito além de uma revisão pessoal, se transfigura em todo um campo de formação jornalística e o nosso futuro enquanto profissionais. Afinal, quando se há confusão entre o que é jornalismo e o que são *Fake News* – ou, mais ainda, quando *Fake News* ganham território, maior circulação e legitimidade que a própria produção jornalística – faz-se importante (re) pensar a forma como nos comunicarmos enquanto sujeitos-jornalistas com os sujeitos do público. E, ademais, de dialogarmos com a capacidade deste público se manifestar, opinar e colaborar diretamente.

A partir da análise empreendida, observou-se que os discursos de ódio contra Marielle Franco se instauram em um momento de risco democrático, pois se a historicidade permitiu que os enunciados analisados se formassem, circulassem efetivamente, se há investidas favoráveis à rigidez militar e manutenção de poderes conservadores em detrimento aos setores LGBT, Negros, femininos, e periféricos, pois calar a diversidade é assassinar o processo democrático, e, com isto, por em risco a liberdade de imprensa. Esquecer o atentado brutal e a procura de justiça para Franco, e seu motorista Anderson Gomes, é aceitar a lógica de um Estado hierárquico e falido, que invisibiliza as dores de seu povo e protege privilégios mesmo que à custa de sangue.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos; PAULO, Tatiana. As trincheiras da fala: discurso de ódio no Facebook. **Temática**, João Pessoa, n. 4, abril. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/33876/17386>. Acesso em: 06 out. 2018.
- ADORNO, Guilherme; SILVEIRA, Juliana da. Pós-Verdade e Fake News: Equívocos do Político na Materialidade Digital. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE ANÁLISE DO DISCURSO, 8., 2017, Recife. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/8SEAD/SIMPOSIOS/SIMPOSIO%20V_GAdorno%20e%20JSilveira.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BARBON, Júlia; VETORAZZO, Lucas. Intervenção federal no RJ faz 6 meses; entenda o que aconteceu até agora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ag. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/intervencao-federal-no-rj-faz-6-meses-entenda-o-que-aconteceu-ate-agora.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- BIKO, Bantu Steve. A definição da consciência negra. 1971. *In*: **Biblioteca digital Afrocentricidade**. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2010/01/a-definic3a7c3a3o-da-conscic3aancia-negra-steve-biko.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
- BRASIL.[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL. Secretária de Comércio e Serviços. **Informativo SCS**. Brasília, 2017. 14 p. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/scs/decos/Informativo_2017/184_Informativo_da_Secretaria_de_Com%C3%A9rcio_e_Servi%C3%A7o_2017.pdf. Acesso em: 14 mai. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Secretária de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**: Relatório final. Brasília, 2016. 162 p. Disponível em: http://pesquisademidia.gov.br/files/PBM_2016_rel.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- BRIGNOL, Liliane; COGO, Denise. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **Matrizes**, São Paulo, vol. 4, n. 2, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1430/143018637005/>. Acesso em: 22 set. 2018.
- BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo e no Facebook. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, out.2014- jan.2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032/16586>. Acesso em: 13 nov. 2018.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a07v48n1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

CAESAR, Gabriela. Homem, branco, casado, 52 anos: veja o perfil médio dos governadores eleitos. *In*: **Portal G1**: Globo, 29 out. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/homem-branco-casado-52-anos-veja-o-perfil-medio-dos-governadores-eleitos.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2018.

CAESAR, Gabriela. Perfil médio do candidato nesta eleição é homem, branco, casado, com ensino superior. *In*: **Portal G1**: Globo, 29 out. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/29/perfil-medio-do-candidato-nesta-eleicao-e-homem-branco-casado-com-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2018.

CARVALHO, Aleise; MIRANDA, Alessandra; ASSIS, Dalva. Memes do Facebook: uma análise das máximas conversacionais. *In*: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 26., Natal, 2012. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/Pragm%C3%A1tica/Aleise%20-%20MEMES%20DO%20FACEBOOK%20UMA%20AN%C3%81LISE%20DAS%20M%C3%81XIMAS%20CONVERSACIONAIS.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

CARNEIRO, Júlia Dias. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de ‘cria da Maré’ a símbolo de novas lutas políticas no Rio. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. A Rede e o Ser. *In*: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/392268/mod_resource/content/1/ASociedadeEmRedesVol.I.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

CORREIA, Pedro M.; MOREIRA, Maria Faia. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 14, n.28, p. 168-187, jan./ jun. 2014. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

COSTA, Edite. O racismo é um mecanismo fundamental para o funcionamento de todos os Estados. **Ensaios Filosóficos**: revista de filosofia, Rio de Janeiro, v. XI, jun. 2015. Disponível em: <http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo11/EditeMoraesdaCosta.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

CUNHA, Gustavo. Mentiras sobre Marielle se espalham nas redes sociais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mentiras-sobre-marielle-franco-se-espalham-nas-redes-sociais-22502248>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DAL BELLO, Cíntia; ROCHA, Débora. Visibilidade mediática, vigilância e naturalização do desejo de autoexposição. *In: COMPOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 21., 2012, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Compós, 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1799.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018.

DESEMBARGADORA que divulgou informações falsas sobre Marielle tem histórico de polêmicas. **Istoé**, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/desembargadora-que-divulgou-informacoes-falsas-sobre-marielle-tem-historico-de-polemicas/>. Acesso em: 04 nov. 2018.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/7226>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DORNE, Vinícius Durval; NAVARRO, Pedro. A Construção Identitária do Jornalista em um Editorial da Revista *Veja*: reflexões sobre as práticas discursivas midiáticas. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 325- 347, jan. / jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/38268/23366>. Acesso em: 28 out. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Código de ética do jornalista Brasileiro, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-19852007/>. Acesso em: 06 out. 2018.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos-SP: Clamluz, 2008.

FERREIRA, Mauricio; TRAVERSINI, Clarice. A análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/12.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

FLAUZINA, Ana Laura. **Corpo Negro Caído no Chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. 145 f. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

FRANÇA, Thiago. Sujeito do Discurso de Ódio: desconhecimento e cinismo como modalidades subjetivas de tomada de posição. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE ANÁLISE DO DISCURSO*, 8., 2017, Recife. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/8SEAD/SIMPOSIOS/SIMPOSIO%20IV_TFran%C3%A7a.pdf. Acesso em: 05 out. 2018.

FRANCO, Luiza; BARBON, Julia. Maioria recebeu notícia falsa sobre Marielle mas não acredita no que leu. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/maioria-recebeu-noticia-falsa-sobre-marielle-mas-nao-acredita-no-que-leu.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 327-355, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110241>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e o Poder. *In*: FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-microfisica-do-poder-michel-foucault-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 31 ag. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. ALMEIDA, Laura (trad.). 3 ed. São Paulo: Layola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Introdução. *In*: FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. NEVES, Luís F. B. (trad.). 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-arqueologia-do-saber-michel-foucault-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 30 ag. 2018.

FOUCAULT, Michel. As Unidades do Discurso. *In*: FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. NEVES, Luís F. B. (trad.). 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-arqueologia-do-saber-michel-foucault-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 30 ag. 2018.

FOUCAULT, Michel. O Enunciado e o Arquivo. *In*: FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. NEVES, Luís F. B. (trad.). 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-arqueologia-do-saber-michel-foucault-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 30 ag. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos- Estratégia, Poder- Saber**. MOTTA, Manoel B. (org.). 2. ed. v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GADEA, Carlos. O Espaço da Negritude e o Reverso da Africanidade: crítica sobre as relações raciais contemporâneas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 563-579, set./dez. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19266/12503>. Acesso em: 23 out. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra/ Body and hair as symbols of black identity. **Ação Educativa**, [s.l.], 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

GRAGNANI, Juliana. Como combate a mentiras sobre Marielle superou racha ideológico e pode antecipar guerra eleitoral nas redes. **BBC News Brasil**, Londres- UK, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43549550>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *In: Análise do Discurso com Michel Foucault*. Ep. 01: Quem somos nós hoje? Direção: CORRÊA, Maurício Neves. Roteiro: GREGOLIN, Maria do Rosário. Produção: JERONIMO, Gabriela G.; NEVES, Ivânia dos Santos; SENA, Arcângela. Araraquara: Grupo de Estudos em Análise do Discurso, 2016. Web Série (25 min). son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uIBfuOpNdT4>. Acesso em: 30 ag. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

GURSKY, Ana Paula Maciel. **“Tornar-se Mulher”**: A gravidez na adolescência como espectro de violência do sistema patriarcal. 2018. 37 f. Trabalho de Conclusão de Residência (especialização em Saúde da Família) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56438/R%20-%20E%20-%20ANA%20PAULA%20MACIEL%20GURSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, jan./ abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

HOOTSUIT; WE ARE SOCIAL. **Digital in 2017: Global Overview**. [s. l], 2017, 123 p. Relatório. Disponível em: <https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>. Acesso em: 20 ag. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016. Rio de Janeiro, 2018. 16 p. Relatório. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acesso em: 20 ag. 2018.

JENKINS, Henry. Introdução: “Venere no Altar da Convergência”. *In: JENKINS, H. A Cultura da Convergência*. ALEXANDRIA, Susana (trad.). São Paulo: Aleph, 2013. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 25 set. 2018.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. Disponível em: https://kupdf.net/download/1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesus-pdf_5910754edc0d609d32959e7b_pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

KIUCHI, Carolina; PEREIRA, Lílian; MOREIRA, Hércules. Fake News e Discursos de Ódio: análise da repercussão de notícias no *Twitter* sobre o *youtuber* Pewdiepie. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO- INTERCOM*, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2017/resumos/R12-2631-1.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

LAGO, Luciana; RIBEIRO, Luiz César. A divisão favela- bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, n. 05, p. 29- 46, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9295/6899>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LANG, Marina; BIANCHI, Paula. Marielle Franco denunciou abusos de policiais do Batalhão que mais mata no Rio. **UOL Notícias**, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/marielle-franco-denunciou-abusos-de-policiais-do-batalhao-que-mais-mata-no-rio.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

LEITE, Leonardo; MATOS, José Cláudio. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CBBDD, 2017. Disponível em: <https://anaiscbbdd.emnuvens.com.br/anais/issue/view/12/showToc>. Acesso em: 15 abr.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, ag./ set. 2012. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/41/1/SG016%20-%20LEITE%20Marcia%20-%20Da%20metafora%20da%20guerra%20ao%20projeto%20de%20pacificacao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LOPES, Helena Theodoro. Mulher Negra, Mitos e Sexualidade. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O DESAFIO DA DIVERSIDADE, 01., 2000, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt6-005.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LUCENA, Giselle. Quem conta um conto aumenta um ponto: os Memes e a pesquisa na comunicação. *In*: **Revista Tropos: comunicação, sociedade e cultura**, Rio Branco, v. 1, n. 4, 2015. Disponível em: http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/327/pdf_38. Acesso em: 01 out. 2018.

MARREIRO, Flávia. Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras. **El País**, 15 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html. Acesso em: 14 mai. 2018.

MARIELLE engravidou aos 16? Foi casada com o traficante Marcinho VP? Ignorava as mortes de policiais? Não é verdade! *In*: **Portal G1: Globo**, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/marielle-engravidou-aos-16-foi-casada-com-o-traficante-marcinho-vp-ignorava-as-mortes-de-policiais-nao-e-verdade.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARIELLE FRANCO. “**Mil plaquinhas com nome Marielle Franco distribuídas no dia que completam 7 meses sem Marielle e Anderson! Resistimos!**”. 14 mar. 2018. Post do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MARIELLE FRANCO. **O que já fizemos**. 2018b. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>. Acesso em: 02 nov. de 2018.

MARIELLE FRANCO. **Quem é Marielle**. 2018a. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINS, Larissa Januário. **O papel das mídias sociais na construção da identidade social do sujeito pós- moderno**. 2013. 137f. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Web) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5160/1/LD_WEB_I_2013_11.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 03., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

NOGUEIRA, Isildinha. O corpo da mulher negra. **Pulsional**: revista de psicanálise, São Paulo, ano XIII, n. 135, 1999. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/135_04.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

OLIVEIRA, Ilzver; SANTOS, Nayara Cristina. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade de mulheres negras. **Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 7, n. 2, out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/4463/3070>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ONDA de ‘fake news’ sobre Marielle Franco inunda a internet. **Poder 360**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-inunda-a-internet/>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PADRÕES da Comunidade. *In*: Facebook, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/>. Acesso em: 23 set. 2018.

PEROSA J., Edson. A Ascensão Nazista ao Poder: o N. S. D.A. P e a sua máquina de propaganda (1919- 1933). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 04., 2009,

Maringá- PR. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/81.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

PIOVEZANI, Carlos. Saussure e o Discurso: o Curso de Linguística Geral lido pela análise do discurso. **ALFA**: revista de linguística, São Paulo, v. 52, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1464/1169>. Acesso em: 01 set. 2018.

PÓS- VERDADE. In: **DICIONÁRIO Priberam de Língua Portuguesa**. [s.l]: Priberam Online, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/p%C3%B3s-%20verdade>. Acesso em: 04 out. 2018.

POSTIGO, Evelyn. A construção social das favelas no Rio de Janeiro (Brasil) como territórios de violência. **URVIO**: revista latinoamericana de estudios de seguridad, Quito, n. 15, dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/urvio/article/view/1592/1257>. Acesso em: 09 nov. 2018.

‘QUANTOS mais vão precisar morrer?’, tuitou Marielle na terça- feira. **Catraca Livre**, [s.l], 15 de mar. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/quantos-mais-precisarao-morrer-tuitou-marielle-na-terca-feira/>. Acesso em: 02 nov. 2018.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1978.

RAGO, Margareth. In: **Foucault: a filosofia como modo de vida, com Margareth Rago**. Direção: MAIA, Marta. Roteiro: MAIA, Marta; GODOY, Ticha; GARUTI, Dani. São Paulo: Instituto CPFL, TV Cultura, 12 ag. 2018. Episódio de programa televisivo (49min. 08seg.). son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jw6zuBIocII>. Acesso em: 31 ag. 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REULE, Danielle. **A dinâmica dos rumores na rede**: a web como espaço de propagação de boatos virtuais. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13796/000652732.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública. **Relatório Parcial Circuito de Favelas por Direitos**. Rio de Janeiro, 2018. 50 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14Qy6yleYpugnSF3MrBpKhIpu0QmiyYV9/view>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Ação Cominatória com Pedido de Tutela Provisória Cumulada com Ação Indenizatória. Vara cível. Pedido de Liminar/urgência. Pedido de Justiça Gratuita. 27 de março de 2018. **Jurisprudência PJERJ**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/justica-determina-que-facebook- retire-do-ar-fake-news- contra-marielle-e-revele-dados-de-caluniadores>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ROCHA, Bernardo; LAVARDA, Suélen; SILVEIRA, Ada. O avanço das fake News e sua retratação na mídia de referência. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 19., 2018, Cascavel- PR. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-1477-1.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROCHA, Hildo. Fake News e a legitimidade do processo eleitoral. **Correio Brasiliense**, n. 20151, Opinião. p. 11, 24 jul. 2018. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/546394/noticia.html?sequence=1>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROXO, Marco; MELO, Seane. Hiperjornalismo: uma visada sobre fake News a partir da autoridade jornalística. **Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30572/17226>. Acesso em: 06 out. 2018.

SANTOS, Rodolpho Raphael. Fake News como produtos da Pós- Verdade. **Observatório da Imprensa**, 996 ed., 17 jul. 2018. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/comunicacao-social/fake-news-como-produto-da-pos-verdade/>. Acesso em: 05 out. 2018.

SILVA, Rosane; NICHEL, Andressa; MARTINS, Anna Clara; BORCHARDT, Carlise. Discursos de Ódio em Redes Sociais: Jurisprudência Brasileira. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, jul./ dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/a04v7n2>. Acesso em: 07 out. 2018.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. Informação e boato na rede. *In: SILVA, G. et al (org.). Jornalismo contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. Disponível em: <https://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wp-content/uploads/2015/03/JORNALISMO-CONTEMPORANEO.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

SOUZA, Carlos Fabiano. Memes: formações discursivas que ecoam no ciberespaço. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.15, n. 1, p. 127-148, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20130011/2743>. Acesso em: 01 out. 2018.

SOUZA, Nivaldo. Marielle: Facebook terá de informar se MBL pagou para impulsionar 'fake news'. **Carta Capital**, 28 mar. 2018. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/facebook-tera-de-informar-se-mbl-pagou-para-impulsionar-2018fake-news2019-sobre-marielle. Acesso em: 20 ag. 2018.

SVERSUTI, Leilane. Como a Política Presente na Rede Social Facebook, Afeta as Relações Pessoais: Uma Análise das Pré-Candidaturas de Lula e Bolsonaro nas Eleições 2018. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, 20., 2018, Juazeiro- BA. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0282-1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Biopoder, Gêneros e Sexualidades: Articulando desejo, (in) visibilidade e processos de exclusão na vivência das lesbianidades. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Santa Catarina. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1274466557_ARQUIVO_FG9-Biopodergenerosesexualidades.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2017, Geneva. **Information Economy Report 2017: digitalization, trade and development**. Genebra: ONU, 2017, 130 p. Disponível em: [/unctad.org/en/PublicationsLibrary/ier2017_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ier2017_en.pdf). Acesso em: 20 ag. 2018.

VALENTE, Jonas. PF vai apurar interferências na investigação do caso Marielle Franco. **Brasil 247**, 02 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/rio247/373955/PF-vai-apurar-interfer%C3%A4ncias-na-investiga%C3%A7%C3%A3o-do-caso-Marielle-Franco.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

VASCONCELOS, José Antônio. História e Pós- Estruturalismo. *In*: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (org.). **Narrar o Passado, repensar a história**. 2 ed., Campinas- SP: UNICAMP, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/squd_livro-ideias-2-2a.edicao.pdf. Acesso em: 04 set. 2018.